

## Quem disse ?

«É uma contradição histórica ser-se a favor da "União Europeia" e contra a "Regionalização Portuguesa", pretender-se "Europeu" (e, por vezes, até, "federalista") e pretender que a regionalização é um "erro", mais ou menos "colossal"».

**Fernando Santos Neves**  
In «Seara Nova»

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº994 5 NOVEMBRO 1998 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)

## Regionalização

### Opinião

António Marques Calado  
Carlos Zorrinho  
Edite Estrela  
Fernando Santos Neves  
Germano Lima  
João Cravinho  
João Lourival  
José Medeiros Ferreira  
José Neves  
Luís Parreirão  
Nestor Rebelo Borges  
Ricardo de Sousa Paiva

## Proposta em discussão

### Governo alarga referendos locais

O Governo apresentou segunda-feira uma anteproposta para a revisão da lei dos referendos locais, tendo nesse mesmo dia enviado o diploma para apreciação à Associação Nacional dos Municípios Portugueses e à Associação Nacional de Freguesias.

De acordo com a proposta apresentada pelo secretário de Estado da Presidência, Vitalino Canas, o referendo local só pode ter por objecto questões de relevante interesse local e que obedecem aos princípios da unidade e subsidiariedade do Estado, da descentralização da autonomia local e da solidariedade interlocal.

Cada consulta terá por objecto uma só matéria e a iniciativa tanto pode pertencer aos deputados das assembleias municipais, regionais ou de freguesia, como também à junta regional, à câmara municipal ou à junta de freguesia. Se a iniciativa partir de um grupo de cidadãos, terá de contar com a propositura de um mínimo de dois, quatro ou oito por cento dos cidadãos censados na área territorial correspondente.

Ainda segundo o diploma do Governo, cabe ao Tribunal Constitucional proceder à fiscalização preventiva da constitucionalidade e da legalidade da deliberação que aprova a realização do referendo. As campanhas terão a duração de 11 dias, tendo os partidos e coligações a necessidade de manifestar com antecedência à Comissão Nacional de Eleições que pretendem tomar posição sobre as questões submetidas ao eleitorado.

A anteproposta estabelece, igualmente, que os resultados do referendo vinculam os órgãos autárquicos e a sua eficácia não depende do número de votantes, nem do número de votos válidos, brancos ou nulos. Ou seja, desta vez, não se faz qualquer distinção entre referendos vinculativos ou não vinculativos.

Explicando os motivos do diploma, o secretário de Estado da Presidência salientou a necessidade de se criar um hábito nos cidadãos de decidirem assuntos ligados ao seu quotidiano. Vitalino Canas reconheceu que os referendos, em Portugal, «não começaram pelo carácter local». No entanto, de acordo com o mesmo membro do Governo, era por aqui que deveriam ter começado. Apesar de tudo, sublinhou o esforço do Governo para criar uma verdadeira cultura de referendo entre a população portuguesa.



## Sociedade & País

### Aposta na investigação e desenvolvimento



Impressionante. O orçamento da ciência e tecnologia para 1999 sobe 26 por cento em relação a 1998. A grande aposta centra-se nas actividades de investigação e desenvolvimento. Depois da década cavaquista em que a ciência era relegada para segundo plano nas prioridades laranja, o Governo socialista tenta recuperar o tempo perdido e aproximar o nosso país dos níveis europeus nesta área. É uma outra postura, uma outra sensibilidade.

## PS em Movimento

### XI Congresso Regulamento e Regimento



De acordo com os Estatutos, o «Acção Socialista» publica nesta edição o Regulamento e o Regimento, bem como a constituição da COC do XI Congresso do PS, que irá decorrer nos dias 30 e 31 de Janeiro de 1999.



## SIM

No próximo dia 8 de Novembro, os portugueses terão mais uma vez oportunidade para, através do voto, manifestarem a sua opinião sobre uma das mais importantes reformas administrativas que já se efectuaram no nosso país, que consta da Constituição portuguesa desde 1976 (artº 255), e que irá influenciar positivamente o desenvolvimento económico do País.

Esta reforma, inicialmente apoiada e desejada por todos os partidos políticos, acabou por, devido a estratégias eleitoralistas e de fins obscuros, por dividir ao meio o espectro político dos quatro principais partidos políticos.

O Partido Socialista, como sempre fiel aos seus princípios e valores, continua a defender a regionalização como forma para ultrapassar o Estado centralista em que vivemos e que se tem mostrado incapaz de desenvolver harmoniosamente o País.

Regionalização que foi, aliás, um dos principais temas da última campanha eleitoral para as legislativas e que constava quer do programa eleitoral quer do programa do Governo do Partido Socialista e que foi amplamente sufragado por todos os portugueses.

Apresentada por António Guterres, como a reforma do século, a regionalização é no actual quadro político e económico de vital importância para o desenvolvimento equilibrado de Portugal no contexto da União Europeia a que tanto nos orgulhamos de pertencer.

Argumentos mesquinhos como os utilizados por alguns politiqueros da nossa praça só têm servido para confundir e baralhar as opiniões dos portugueses sobre a regionalização. Efectivamente, tem cabido aos defensores do Sim, e nomeadamente ao Partido Socialista, a difícil tarefa de combater com serenidade e elevação a gigantesca campanha de desinformação, calúnia e demagogia com que os defensores do não têm brindado esta campanha.

No próximo dia 8 cabe aos portugueses a enorme responsabilidade de decidir qual o futuro e o desenvolvimento que pretendem para a sua região e para Portugal. Provada e comprovada que está a incapacidade da actual orgânica centralista do Estado em aproximar os portugueses, cabe-nos afirmar categoricamente a nossa forte vontade em mudar este estado de coisas que em nada contribui para o futuro de Portugal.

Independentemente das pequenas discordâncias que possam haver sobre a aplicação em concreto da regionalização, elas são insignificantemente pequenas comparadas com os prejuízos e os atrasos que irão provocar no desenvolvimento do nosso país face a uma Europa completamente regionalizada.



## CRISE INSTALA-SE NO RATO

Enquanto a maioria da direcção nacional do PS, democraticamente eleita, reafirmava o seu apoio à recandidatura de Eanes à Presidência da República, face ao perigo que representava a candidatura de direita do general Soares Carneiro, Mário Soares auto-suspendia-se de secretário-geral do partido e retirava o seu apoio a Eanes.

A família socialista dividia-se e a crise instalava-se no Rato.

Na edição de 30 de Outubro de 1980, posições a favor e contra a atitude de Mário Soares enchem as páginas do «Acção Socialista» que reflectia a pluralidade de opiniões no interior do PS. Reunida no Rato, a Comissão Nacional reafirmava que a unidade do PS devia cimentar-se em torno de Mário Soares.

Entretanto, o «AS» noticiava que uma delegação do PS, constituída pelas camaradas Salgado Zenha, Vítor Constâncio e António Arnaut, depois de uma audiência em Belém com o então Presidente da República, tinha considerado satisfatórias as garantias dadas por Eanes.

J. C. C. B.

30 de Outubro

## Quem disse?

«O socialismo é a fraternidade, a solidariedade entre os homens e homens solidários nunca podem preocupar-se com o egoísmo de fazer vangloriar exclusivamente a vontade de um, nem tão-pouco abandonar-se nas mãos de adversários. Ser intransigente na doutrina, ter a coragem da oposição, é tão importante como a compreensão das razões dos outros.»

Raul Rego



## Guiné-Bissau «Nino» e Ansumane chegam a acordo

O Presidente guineense, João Bernardo «Nino» Vieira, e o líder da Junta Militar, Ansumane Mané, alcançaram, no dia 2, em Abuja, capital da Nigéria, um acordo para pôr termo ao conflito que se trava, há cinco meses, na Guiné-Bissau.

O ministro guineense interino dos Negócios Estrangeiros, João Cardoso, anunciou, na passada segunda-feira, que os dois beligerantes assinaram, de madrugada, um acordo.

O «pacto» prevê um cessar-fogo, a retirada de todas as forças estrangeiras estacionadas na Guiné-Bissau, em simultâneo com a colocação de uma força de interposição na fronteira do Senegal, e a

organização de eleições até ao final do ano. O documento, concluído sob os auspícios do Presidente nigeriano, general Abdulsalami Abubakar, foi testemunhado pelos representantes das Nações Unidas e da Comunidade de Estados da África Ocidental (CEDEAO), adiantou o ministro. Em Lisboa, o ministro dos Negócios Estrangeiros português considerou que o acordo geral de paz na Guiné-Bissau constitui «um passo decisivo na direcção certa».

Jaime Gama felicitou «vivamente» as partes pelo caminho que encontraram, sublinhando que da parte de Portugal «há a ideia de continuar a contribuir para o progresso económico e social Guiné-Bissau».

## Rendimento Mínimo Garantido já abrange 300 mil pessoas

A grande arma de combate à exclusão do Governo PS, o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), é já um sucesso em toda a linha, contribuindo decisivamente para a inserção social de milhares de cidadãos. Falando na Comissão de Economia e Finanças da Assembleia da República, o ministro Ferro Rodrigues revelou que o RMG já abrange 300 mil pessoas num total de quase 100 mil famílias.

O ministro do Trabalho e Solidariedade con-

siderou como extremamente positivo o facto de 35 mil pessoas já terem deixado de receber aquele subsídio, o que, no seu entender, revela que os mecanismos de inserção estão a funcionar.

Sublinhando que o RMG é a prestação social onde há menos fraude, Ferro Rodrigues explicou que a taxa de indeferimento naquele subsídio é de 37,4 por cento, para além de referir que é objecto de um apertado controlo e acompanhamento.

## Turismo Dinamizar actividades pós-Expo'98

A Secretaria de Estado do Turismo está a elaborar um programa de dinamização das actividades turísticas, que pretende lançar em 1999/2000 para apoiar eventos que dinamizem o sector, depois da realização da Expo'98.

A medida foi anunciada, no dia 2, em Vilamoura, pelo secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, na abertura do V Encontro Internacional de Turismo.

O programa, de âmbito nacional, vai intervir por zonas promocionais, apoiando a realização de iniciativas de animação, eventos e investimentos que possam contribuir para a dinamização do turismo.

O secretário de Estado sublinhou que 1998 é o melhor ano de sempre para o turismo

português com as previsões de apontarem para 11 milhões de turistas.

Dirigindo-se aos agentes de viagens portuguesas residentes no estrangeiro reunidos no Encontro de Vilamoura, Vítor Neto reiterou que é preciso apostar na qualidade.

O governante defendeu o importante papel que podem ter os empresários portugueses no estrangeiro no sentido de canalizar turistas para o seu país e preencher nichos de mercado.

Em declarações aos jornalistas, o responsável pelo Turismo defendeu ainda a aposta em estratégias diferenciadas na promoção turística, tendo em conta as características de cada mercado emissor.

## «Diário da República» Fiscais de estacionamentos com novos poderes

Os funcionários autárquicos que fiscalizam os estacionamentos com parquímetros vão ser equiparados, a partir de Dezembro, a agentes de autoridade administrativa com poderes para levantarem autos de notícia, intimarem e notificarem.

A decisão consta no decreto-lei publicado, no dia 2, no «Diário da República» e que entrará em vigor 30 dias depois.

Segundo esse texto, o pessoal autárquico que fiscalize o estacionamento de duração limitada na via pública passa a ser

equiparado a agente de autoridade administrativa para exercer aquelas funções. Quando exercer essa actividade, esse pessoal autárquico passa a ter competência para fazer o levantamento de auto de notícia, conforme previsto no Código de Estrada, bem como proceder às intimações e notificações necessárias.

Até agora, os fiscais camarários, quando detectam uma viatura infractora estacionada na zona de estacionamento sob a sua vigilância, não podem tomar qualquer atitude, restando-lhes chamar a PSP

CAMPANHA

António Guterres no Teatro Camões

## FALTA UM CÉREBRO PARA ORDENAR A REGIÃO DE LISBOA E SETÚBAL

**Perante um Teatro Camões completamente cheio, o secretário-geral do PS encerrou sábado a Convenção da Região de Lisboa e de Setúbal. António Guterres voltou a insurgir-se contra as consequências de décadas de um Estado napoleónico, que agravou as assimetrias entre o litoral e o interior, bem como o fosso entre zonas pobres e ricas do País. Num tom pedagógico e sereno, o líder socialista lamentou os problemas de congestionamento e de ausência de qualidade de vida da Região de Lisboa e de Setúbal. Esta área metropolitana, disse, «precisa de um cérebro para a ordenar e planejar».**

«É em Lisboa e Setúbal onde a regionalização faz mais falta. É aqui que há mais a ganhar com a regionalização», afirmou António Guterres, numa referência às necessidades de equilíbrio, equidade e coordenação de que carece esta zona do País, vítima do desemprego, do caos urbano, da insegurança e da droga. Ao longo do seu discurso, o chefe do Governo desmontou as teses demagógicas dos defensores do «Não» na consulta nacional do próximo dia 8, segundo as quais a regionalização irá tirar poder a Lisboa, pois, tendo maior riqueza, é a que terá mais a perder com esta reforma administrativa. «Criar as regiões não é tirar poder a Lisboa para dar ao resto do País. Os poderes são retirados ao Governo Central», clarificou o primeiro-ministro. Pelo contrário, sublinhou, com a criação das regiões administrativas «está em causa dar mais poderes a Lisboa e Setúbal. Assim como esta zona do País concentra grande parte da riqueza nacional, também concentra grande parte da miséria e da pobreza».

Explicando as razões históricas desta dualidade, o chefe do Governo socialista realçou que, durante décadas, Lisboa e Setúbal «sofreram um processo de concentração», para o qual as duas cidades «não estavam preparadas. Enquanto a Beira Interior se desertificou, Lisboa e Setúbal cresceram descontroladamente. Se nalguma coisa o Estado napoleónico falhou, nos últimos 49 anos, foi no combate ao agravamento do fosso entre regiões pobres e ricas, que não cessou de crescer».

Por isso, concluiu António Guterres, «dando poder às regiões, é bom para a Beira Interior e bom também para Lisboa e Setúbal».

### Combater a direita caceteira

Também Maria de Belém usou da palavra para manifestar o seu apoio à causa da regionalização. Momentos antes de partir



para outra sessão, em Matosinhos, a ministra da Saúde afirmou não ter dúvidas de que a criação das regiões administrativas irá aproximar os centros de decisão dos cidadãos, responsabilizando mais quem as toma. «Quero um Portugal mais solidário», disse.

Já Maria Amélia Antunes, presidente da Câmara do Montijo, pediu para que nenhum defensor da regionalização baixe os braços até domingo próximo e para que ninguém conceda excessiva importância às sondagens. A este propósito, a autarca socialista recordou os episódios que rodearam a sua candidatura autárquica em 1993, onde também os estudos de opinião lhe davam resultados fracos. No entanto, a camarada Maria Amélia Antunes acabou por vencer com maioria absoluta. «O nosso inimigo é a abstenção», advertiu, apelando à mobilização de todos os militantes socialistas.

Com um discurso forte, Miguel Coelho, presidente da concelhia de Lisboa do PS, pediu a todos os socialistas para darem combate «à direita caceteira». Alertou, para o efeito, para os perigos do projecto da Alternativa Democrática ser alguma vez viabilizado, o que constituiria um verdadeiro perigo para o País. Também Mata Cáceres, presidente da Câmara de Setúbal, condenou a campanha «anticívica» feita pelos opositores da regionalização.

O presidente da Câmara de Setúbal criticou, ainda, a cegueira daqueles que não entendem a importância da regionalização para a melhoria da eficácia administrativa do País.

### Guterres homem de palavra

Por sua vez, Edite Estrela, presidente da Câmara de Sintra, advertiu a plateia para «a gravíssima tendência para a abstenção»,

tendo atribuído a responsabilidade deste fenómeno «à campanha de falsidades e de intoxicação exercida pelos adversários da regionalização».

«As pessoas estão confusas», reconheceu. Mas a dirigente socialista ainda lembraria as sondagens que mostram que a maioria dos portugueses tem confiança no actual Governo e na acção do primeiro-ministro. Num dos discursos mais aplaudidos da Convenção Regional de Lisboa e Setúbal, o camarada Jorge Coelho teve duras críticas aos políticos que «num dia dizem uma coisa para amanhã dizerem outra». Esses

políticos, lamentou o presidente da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) do PS, contribuem para o descrédito da política. A seguir, recordou palavras proferidas por Marcelo Rebelo de Sousa, em Abril de 1996, nas quais o presidente do PSD se afirmava como apoiante da regionalização. «Faz hoje do combate à regionalização a grande luta da sua vida, quando andou toda a sua vida a defender o contrário», denunciou o ministro da Administração Interna. Por esta razão, acrescentou, «nenhum português pode estar seguro» com Marcelo Rebelo de Sousa. «Se alguém que quer ser primeiro-ministro muda de opinião com esta pressa, que garantias pode dar que amanhã, se tivesse alguma responsabilidade, não faria exactamente o contrário daquilo que agora anda a propagar», comentou, recebendo uma prolongada salva de palmas da plateia.

Ao contrário do líder do PSD, o secretário-geral do PS apoia a regionalização desde 1976. «António Guterres tem uma só palavra», declarou Jorge Coelho.

Em termos de Governo, o titular da pasta da Administração Interna citou vários indicadores económicos que demonstram que, três anos depois de os socialistas formarem Executivo, «o País está bem melhor». Alertou, porém, contra os riscos inerentes à «campanha populista, demagógica e reaccionária» feita pelos adversários da regionalização. A alternativa aos socialistas no Governo, frisou o camarada Jorge Coelho, «são aqueles que mudam de opinião todos os dias, acolitados por outros que coisas ainda piores».

FARO

Campanha das regiões

## A AUTORIDADE MORAL DE GUTERRES

António Guterres frisou em Faro, na segunda-feira, a sua autoridade moral para defender a criação das regiões administrativas em Portugal, condenando ao mesmo tempo aqueles que exploram o sentimento de desconfiança das pessoas por meras razões tácticas.

Para o efeito, lembrou que foi ele quem propôs no passado a criação de regiões-piloto em território continental, que acabariam por ser reprovadas com os votos contra do PSD.

«Aquilo que defendo não só era aquilo que defendi como foi aquilo que eu estive disposto que se experimentasse para provar que era verdade», afirmou.

Por essa razão, sublinhou o primeiro-ministro, «o PS tem autoridade moral para dizer aos portugueses que a regionalização não vai trazer mais despesas, nem mais burocracia e é uma oportunidade para conjugar esforços, recursos e pessoas para maior desenvolvimento do País».

Também no Algarve, o ministro dos Assuntos Parlamentares desafiou o PSD a desbloquear a aprovação da lei de transferências e competências para os municípios até ao final do ano. António Costa espera que Marcelo Rebelo de Sousa dê instruções aos seus deputados para que «não inviabilizem o diploma, nem o atrasem mais o reforço claro das atribuições dos municípios».

O mesmo membro do Governo sublinhou, ainda, que «o PS não quer a regionalização contra o poder dos municípios, mas sim como uma forma de descentralização para além daquilo que tem vindo a ser feito». Em diversos concelhos algarvios, a mensagem de António Costa aos eleitores passou também o carácter inútil de haver uma maioria de respostas positivas na segunda questão — a quem incide sobre a Região do Algarve —, se os adversários da regionalização saírem vitoriosos na primeira pergunta de âmbito nacional.



## A INFANTILIZAÇÃO DO DEBATE PÚBLICO

**A**pós o referendo tudo será diferente, em função dos resultados concretos em cada região. Estamos perante uma grande escolha nacional e regional, cujo debate público deveria logicamente centrar-se em questões de compatível relevância e profundidade.

Um país não se habilita a entrar na família restrita dos países ditos «desenvolvidos» e «civilizados» apenas porque já atingiu um PIB *per capita* significativo. Isso é importante mas não chega. Só uma cidadania adulta e responsável, profundamente envolvida nos mais diversos níveis de participação democrática, poderá tirar partido dessa poderosa alavanca para difundir desenvolvimento e civilidade, em benefício de todo o País. O debate da regionalização, como outros debates nacionais, deveria ser um momento privilegiado para o exercício nobre e generalizado dessa cidadania adulta e responsável, centrando-se precisamente nas questões de fundo. Estará sendo assim? Ou estarão sendo realçadas pretensas grandes polémicas sobre questões irremediavelmente irrelevantes? Infelizmente, apesar de algumas intervenções de inegável relevância, há inúmeras provas da degradação do debate público em torno de ridículas caricaturas de reais problemas de fundo que conviria ver tratados com muito maior seriedade. E para não me ficar por esta generalidade incontroversa, abordarei de seguida o problema dos custos e benefícios quer da regionalização. Vejamos primeiro o enquadramento metodológico do tema.

Entenda-se liminarmente que não faz qualquer sentido falar de um custo sem o confrontar com os benefícios a colher através da realização desse dispêndio. Um custo, qualquer, é sempre um sacrifício de outras afectações alternativas dos recursos envolvidos. Em que condições faz ou não faz sentido tal sacrifício? Faz muito, pouco ou nenhum sentido, consoante a correspondente relação expectável benefício/custo faça muito, pouco ou nenhum sentido no contexto em causa e dentro das proporções estruturais que o problema nele assume.

Na mesma lógica, poder-se-á também confrontar benefícios e custos da não regionalização, estes últimos entendidos como resultado (negativo) da não mudança.

As duas ópticas inscrevem-se na mesma racionalidade de ponderação e decisão. O que está fora da racionalidade, e é totalmente mistificador, é intervir neste debate falando exclusivamente de benefícios, ou exclusivamente de custos, sejam eles da regionalização ou da não regionalização. É natural que o «sim» e o «não» divirjam profundamente quanto a tais benefícios e custos. Mas é essencial que cada interventor não espalhe a mistificação, ainda que involuntariamente, colocando o problema em termos enganadores ou perfeitamente manipulatórios das regras mínimas do esclarecimento público.

Ora, ver-se-á adiante, existe uma forte propensão para a mistificação, em detrimento do esclarecimento.

Passemos agora ao posicionamento do

problema no contexto nacional e regional, tendo também em atenção as suas proporções estruturais nesse contexto.

Começemos pelo mais importante: a diferente natureza de custos e benefícios, uns atingíveis tão-só no campo dos princípios e suas aplicações, outros referenciáveis em metal sonante.

No presente debate há que ter na devida consideração custos e benefícios que estão muito fora e acima da pura quantificação económica. De facto, um dos piores serviços que poderíamos prestar ao País seria perdermos de vista que as questões essenciais que esta reforma visa dizem respeito tanto à partilha de responsabilidades entre cidadãos como à participação de cada um e de todos na administração democrática da cidade. Assim, afastemos o reducionismo economicista daqueles que só invocam cifrões e, ainda por cima, frequentemente fora do contexto e das proporções que poderiam dar sentido e utilidade a essa invocação.

Direi mesmo que para a maioria dos interessados neste debate os benefícios de maior relevo dizem respeito a questões de princípio não mensuráveis em escudos ou euros, como o aprofundamento da democracia, a participação dos cidadãos, a unidade e a coesão nacionais. Até julgo que a decisiva diferença de opinião entre defensores qualificados do «sim» e do «não» reside no modo como valorizam esses princípios e sua aplicação à regionalização.

Eu sou partidário da regionalização administrativa sobretudo porque entendo que os benefícios decorrentes do aprofundamento

da democracia, do alargamento da participação e do reforço da unidade e coesão nacionais excedem em muito os custos todos, associáveis à regionalização.

Outros estão em situação oposta, o que é de seu pleno direito. Mas importa valorizar tanto o que dizem como o que omitem nesse domínio. Na melhor das hipóteses pouco ou nada dizem. No caso mais frequente, consideram esse aprofundamento e alargamento um inaceitável risco para a unidade e coesão nacionais.

De qualquer modo, o que importa é não escamotear neste debate os benefícios do aprofundamento e alargamento da democracia e da participação, até porque, para os democratas, a unidade e a coesão nacionais deverão ter no aprofundamento da democracia e na participação democrática um dos seus mais sólidos alicerces neste momento do Estado-Nação e nesta abertura à sociedade da informação e à turbulências da supranacionalidade e da globalização.

Com isto, não quero, de modo algum, desconsiderar o apego à democracia da grande maioria dos activistas do «não». O que quero dizer é que estão em falta neste domínio, obviamente. Se têm projectos para assegurar os objectivos democráticos acima citados, a verdade é que nunca os apresentaram a debate público como proposta alternativa da coligação do «não». Certamente porque estão impossibilitados de construir qualquer projecto relevante pela posição. E esse conjunto de factos não deveria ser desvalorizado, como vem sendo.

In «Diário de Notícias»

## CUSTOS E BENEFÍCIOS DA (NÃO) REGIONALIZAÇÃO

**C**umpre, neste segundo artigo, comentar sumariamente o tratamento que vem sendo dado às várias qualificações de custos e benefícios da regionalização. Nesta matéria é perfeitamente possível distinguir, com objectividade e seriedade, as questões de fundo das trivialidades e minudências sem significado substantivo.

Para onde vem sendo canalizada a atenção pública: para as questões de fundo ou para os *fait-divers* substancialmente irrelevantes? Mesmo a mais «generosa» das respostas não poderá deixar de reconhecer que tem valido tudo neste campo, com o claríssimo resultado tendencial de se premiar a mistificação e castigar o esclarecimento.

Tenho por verdade universal que só os que nada conhecem das grandezas e misérias do cálculo económico poderão dar, ou pedir, valores únicos, e invariantes, dos custos e benefícios da (não) regionalização administrativa.

De facto, neste campo ninguém poderá ir

mais longe do que oferecer, ou pedir, meras ordens de grandeza e proporcionalidades plausíveis relativas a estimativas de custos e benefícios elaboradas segundo ópticas diversas.

O que está em causa é esclarecer e ponderar dois tipos de questões, qual sejam as questões de eficiência e de equidade da proposta (não) regionalização. Grosso modo, as questões de eficiência visam esclarecer se os custos serão plausivelmente superiores ou inferiores aos benefícios, enquanto as questões de equidade procuram lançar luz sobre o saber por quem e como serão plausivelmente repartidos os diversos custos e benefícios.

Sinto ainda a necessidade de acrescentar duas notas complementares, apesar de evidentes para qualquer neófito em economia quantitativa. Por um lado, uma vez que custos e benefícios são alterações por subtracção ou adição de agregados globais, importará sempre relativizá-los em função da magnitude desses agregados. Por outro, dada a radical impossibilidade

de se chegar a valores definitivamente fixos, temos todos de nos contentar com aproximações plausíveis. Por isso, importará sempre testar a robustez das conclusões mediante análises ditas de sensibilidade, ou de impacte de variação de parâmetros essenciais. Através de exercícios do género: a conclusão seria ainda válida se algum ou todos os custos fossem superiores em 20 por cento a 40 por cento?

Assumindo a valoração de custos e benefícios de importância decisiva na maioria das escolhas individuais, segue-se que só a observância da metodologia acima exposta poderá conferir a necessária seriedade ao debate público da matéria. Com efeito, nessas condições assegurar-se-ia um debate público adulto, participado e acompanhado por cidadãos responsáveis e exigentes no seu direito ao esclarecimento do problema, em termos adultos.

Alternativamente, a violação sem limites dessas mesmas orientações metodológicas só poderá conduzir a um

debate público manipulado e manipulatório da boa-fé dos cidadãos, infantilizando-os pelo recurso aos mais diversos papões ou canções de embalar meninos, bem como pelo martelamento repetitivo de argumentos falaciosos ou irrelevantes apresentados eficazmente como se fossem verdades evidentes.

A isto chamo a infantilização do debate público, infelizmente demasiado omnipresente no caso vertente.

Exemplo claro dessa infantilização é a absurda polémica que rebentou no fim-de-semana passado, a propósito de afirmações minhas no Congresso Portugal Plural tendo sido vilipendiado injustificadamente numa não menos absurda conferência de imprensa do Portugal Único.

Ninguém tem dúvidas que o centralismo burocrático inflige graves penalidades às economias privadas individuais e empresariais sendo certo que a sua atenuação radical pela descentralização permitirá evitar centenas de milhões de contos de des-

Continua na página seguinte

## REGIONALIZAÇÃO

### Continuação

pesas inúteis e sobretudo de perdas por razões de indefinição, morosidade ou até erro crasso induzido pelo desconhecimento das situações locais e regionais. Iguais considerações valem para a esfera pública. Creio que todos estamos de acordo que o centralismo burocrático é asfixiante e destruidor da criatividade e da boa gestão privada e pública.

Disse na minha intervenção que os custos da regionalização, estimados na ordem de grandeza de 12 a 16 milhões de contos, eram completamente justificados por benefícios que, na sua ordem de grandeza, certamente ultrapassam a centena de milhões de contos, através da eliminação das consequências do centralismo asfixiante e profundamente burocratizado que caracteriza a administração pública portuguesa. Tudo isto vem sendo reafirmado nas mais diversas instâncias e ocasiões, desde há muito tempo dentro e fora deste debate.

Portanto, afirmo que os benefícios da regionalização são plausivelmente da ordem de um ou mais pontos percentuais do PIB. Ou, se se quiser de outro modo, da ordem de quatro a cinco pontos, percentuais, ou mais, da despesa pública total.

Já quanto aos custos, partindo da ordem de grandeza afirmada pelo primeiro-ministro, 12 milhões de contos, estaremos em cerca de seis décimas de milésimos do PIB.

Na minha intervenção falei dessas ordens de grandeza mas quis explicitar um teste de robustez das conclusões que a confrontação anterior permite tirar. Para esse efeito, disse intencionalmente, e sublinhando bem a parametrização que estava fazendo, que se os custos fossem superiores em mais dois ou quatro milhões não se alteraria minimamente a conclusão sobre a vantagem dos benefícios, fossem custos estimados, em 12 ou 16 milhões. O que é

evidente, para quem tem alguma experiência profissional de economia quantitativa. e facto, os aumentos em causa, relativamente ao PIB cifram-se na ordem de uma ou duas décimas milésimas do PIB. Isto é absolutamente irrelevante dentro das ordens de grandeza em causa.

O teste que fiz está perfeitamente dentro do contexto e das proporções. Portanto, e para concluir, acrescentar dois ou quatro milhões aos custos nesse contexto e nessas proporções estruturais introduz alterações tão marginais quanto irrelevantes no que toca à superioridade dos benefícios em relação aos custos correspondentes.

Só a infantilização a que se chegou neste debate é que justifica tão absurda polémica a pretexto de uma não menos absurda conferência de imprensa.

Muito mais importante seria saber como é que o professor Cavaco Silva põe os custos uma vez na ordem dos 2500 milhões de contos e noutra na ordem dos 1400 mi-

lhões de contos. Isto é que valeria a pena discutir, quer por razões de ordem absoluta, quer por razões de peso relativo.

Em vez de confrontar 12 ou 16 milhões, tanto faz no caso, com 1400 ou 2500 milhões entendeu-se que o grande problema nacional a esclarecer seria saber se os eventuais quatro milhões de contos a mais nos custos não iria afundar um barco onde o total de despesa pública é da ordem dos 5,2 milhões de contos, ou se isso não representaria uma gravíssima contradição em relação aos 12 milhões de que falou o senhor primeiro-ministro, como ordem de grandeza.

Para mais, omitindo-se completamente o impacto dessa eventual variação de custos sobre a diferença entre custos e benefícios expectáveis, isto é sobre a magnitude do benefício líquido.

Infantil, meu caro Watson. Mas é fácil e dá milhões. Ou estarei enganado?

in «Diário de Notícias»

PELO SIM

Edite Estrela

## AS REGIÕES FORA DA GAVETA



**P**recisamos de regionalizar o país? Esta é a dúvida que mais assalta os indecisos. É natural que assim seja. A mudança desperta sempre preocupações e receios. Ninguém gosta de se meter em novas experiências sem controlar os riscos. A menos que pense que nada tem a perder. Ora, convenhamos que é geralmente positiva a situação que vivemos em Portugal. Há estabilidade política e social, temos um Governo que, pelo menos, vai correspondendo às expectativas, aderimos ao euro e mantivemos o poder de compra, fizemos a Expo-98 e ganhámos o Nobel da Literatura, reforçamos a auto-estima e orgulhamo-nos de ser portugueses.

Neste quadro, não pode ser grande a disponibilidade para alterar o enquadramento administrativo de Portugal.

Acresce que a campanha referendária e o comportamento político da oposição se aproveitam desse caldo social e, em lugar de esclarecer dúvidas e de dissipar os medos, provocam a confusão, aumentam as inquietações.

Não há dúvida de que, na interpretação do prof. Marcelo Rebelo de Sousa, o Governo fez-se para governar e a oposição para chatear. É, nessa matéria, um fiel seguidor das posições do seu partido.

Recordo-me de que, quando fui deputado na AR, durante o período de maioria absoluta do PSD, todas as propostas da oposição, por mais interessantes e sensatas que fossem, eram automaticamente rejeitadas pela maioria. Agora, dá-se o inverso: todas as medidas do Governo, por mais interessantes e sensatas, são sistematicamente atacadas pelo PSD.

É, com certeza, uma maneira eficaz de aparecer todos os dias nos jornais, mas concordar comigo que se trata de uma interpretação muito primitiva da prática política. No caso do referendo, para esconder a in-

coerência e as verdadeiras motivações, inventam-se desculpas de mau pagador: o desacerto do mapa, o aumento dos impostos, a pátria dividida, a corrupção, os caciques, etc.

E, para cúmulo, chega-se a apontar supostas alternativas à regionalização, esgrimidas agora por aqueles que, durante mais de uma década, nada fizeram para as levar à prática.

Diz-se, por exemplo, que a criação de regiões poderia ser substituída, para melhor, pelo aumento de competências dos municípios e por maior poder às suas associações. A minha experiência de autarca demonstra o contrário: de maneira geral, as Câmaras Municipais não devem ter competências além das existentes e que as associações de municípios são, apenas e tão somente, uma estrutura de concertação de posições de vários concelhos. Não é possível que, alguma vez, sejam chamadas a assumir os poderes de liderança e de arbitragem que esperam as futuras regiões.

Fala-se também muito, mas nem sempre com isenção, na reforma da administração pública. Quanto a este aspecto, gostaria de dar o exemplo da Expo-98. Há muitos anos que os lisboetas sentiam a necessidade de ver recuperada a zona oriental da cidade. E, no entanto, passaram os governos e as gerências municipais sem que nada tivesse sido feito. Foi preciso um grande projecto nacional, mobilizador de recursos e de vontades, para que a nossa capital surgisse de rosto novo.

A criação de regiões funcionará para a reforma da administração pública como a Expo-98 serviu a recuperação da zona oriental de Lisboa.

Nós, os portugueses, somos assim. Se não estivermos sob a pressão dos acontecimentos vamos adiando, adiando, e as coisas não avançam. A reforma da administração pública precisa do «sim» no referen-

do das regiões. Se tal não suceder dificilmente haverá reforma da administração pública.

As razões que atrás expus, sucintamente, levam-me a votar «sim» no referendo do dia 8, mas outras existem, porventura de carácter mais político, que devem ser ponderadas.

A Constituição da República aponta-nos, desde 1976, o caminho da regionalização. E foi esse mesmo o entendimento de todos os partidos com assento parlamentar que, em 1991, aprovaram por unanimidade a lei-quadro das regiões administrativas, que o Governo do PSD e do prof. Cavaco Silva lhes propuseram. A regionalização era, portanto, consensual.

O prof. Cavaco Silva, entretanto, mudou de ideias. Não sei se por ter uma concepção centralista do poder, se por ter verificado que, afinal, também se engana.

Chegados a 95, o PS faz da regionalização a sua bandeira de campanha eleitoral e ganha.

No começo de 96 (há 2 anos), o prof. Marcelo Rebelo de Sousa ascende à liderança do PSD, no conhecido congresso de Santa Maria da Feira. E, para que ninguém pusesse em dúvida os seus intentos, logo aí esclareceu que não queria «travar o curso da História», que era a favor da regionalização, que tão-só defendia «o referendo no seu arranque e na delimitação das regiões administrativas».

E cheio de fervor regionalista, em Maio desse ano, acusa: «O PS no Governo mete sempre qualquer coisa na gaveta. Nos anos 70 meteu o socialismo. Agora meteu a regionalização».

Acontece que a regionalização não estava na gaveta. Esperava estudo, oportunidade e concertação.

E quando o PS e o Governo se preparam para cumprir este compromisso eleitoral, o prof. Marcelo vem dizer que é contra, for-

çando, aliás, a que muitos dos seus colegas de partido, que sempre tinham defendido o «sim», agora adotem um prudente silêncio.

Entre os que se calam no PSD, muitos são, como eu, eleitos municipais e sabem, como eu, que precisamos de regionalizar o nosso país.

Sabem ser necessário criar um poder intermédio entre o Governo e as autarquias actuais. Sabem que muitas questões, agora dificilmente enfrentadas pelas câmaras municipais, serão, no futuro, resolvidas pelo novo poder regional. Sabem que muitos «dossiers» esquecidos nas gavetas da administração central serão tratados, com carinho, no âmbito das regiões.

Como eu, também não aceitam uma argumentação exclusivamente economicista. Todos estamos preocupados com o dinheiro daqueles que pagam impostos e não queremos um aumento das despesas públicas. Por isso, não podemos aceitar, de ânimo leve, as mentiras daqueles que dizem que a regionalização traz custos.

Traz custos, evidentemente, mas também traz redução de custos (noutras áreas). Tendo em conta a relação custo-benefício, as oito regiões administrativas vão custar menos do que manter as actuais cinco Comissões de Coordenação Regional (CCR) e os dez Governos Cívicos, cujos funcionários transitarão para as regiões.

Mas, limitada a questão financeira, devemos, isso sim, preocuparmo-nos com as questões de fundo: as regiões constituem uma representatividade mais perfeita dos eleitos, uma melhor relação com os eleitores, uma instância intermédia que humaniza e suaviza a administração central, um instrumento de valorização e coordenação do actual poder local.

A regionalização faz falta ao país. É preciso tirá-la da gaveta.

in «Expresso»



## QUANDO OS DO NÃO DIZIAM SIM

**A** campanha do referendo para a regionalização tem atingido aspectos de incoerência política inéditos. Hoje afirma-se com o maior despudor o contrário do que se alegava no passado. E têm sido usados todos os truques e estratégias publicitárias para ludibriar os eleitores. Como se os que vêm proferindo afirmações contra o processo de regionalização, em nome pessoal ou dos partidos políticos que representam, nunca tivessem apoiado esta reforma administrativa.

O eleitor menos atento é levado a pensar que se trata de uma nova ideia deste Governo e do Partido Socialista, acompanhada pelo Partido Comunista. Como se de algo de novo se tratasse, a que os outros partidos são totalmente alheios.

Para que se possa avaliar até que ponto chegam as contradições desses políticos e do descaramento das afirmações produzidas, cujo contributo para o descrédito com que o cidadão eleitor encara a classe política não é de menosprezar, façamos uma pequena retrospectiva sobre este processo da nova autarquia local que se pretende institucionalizar - a chamada Região Administrativa.

Como se sabe as Regiões Administrativas figuram na Constituição desde 1976. Sendo uma evidência, admitamos que alguém menos informado seja levado a pensar que se tratou de uma decisão menos ponderada, dado o clima de instabilidade política dos períodos muito conturbados que se viveram nos primeiros anos do processo democrático em Portugal. Valerá a pena referir, por isso, ainda que em brevíssima síntese, como o processo se desenrolou desde a Assembleia Constituinte.

Na apresentação da proposta de articulação no Plenário da Assembleia Constituinte, em 13 de Janeiro de 1976, onde pela primeira vez se consagra a Região Administrativa como autarquia, o Diário da Assembleia Constituinte regista que a proposta colheu «... uma larga plataforma de acordo...» nos trabalhos da Comissão, conseqüido «... num clima de grande franqueza e muita compreensão». Tinham participado nesse trabalho da Comissão do Poder Local todos os Partidos representados na Constituinte, com excepção da UDP, ou sejam: o PS, o PPD (como então se designava o actual PSD), o PCP, o CDS (actual PP) e o MDP.

Nas declarações de voto que se seguiram a esta apresentação, merece destaque, pela forma clara e inequívoca de apoio às Regiões Administrativas, a declaração do representante do CDS. Depois de «... manifestar regozijo...» por ter subscreito o texto que resultou de um longo debate, afirmou: «É instituída a região como autarquia, objectivo que consta do programa do nosso partido e se nos afigura extremamente importante, não só para autenticidade da descentralização administrativa, que é indispensável, como para a participação privilegiada das populações, através dos seus



representantes eleitos, no desenvolvimento regional e na resolução dos problemas que mais directamente lhes dizem respeito.» (Trata-se, sem dúvida, de uma declaração inaudita se a cotejarmos com as expressões de total rejeição pela regionalização, e até insultuosas, que têm sido usadas nos cartazes do CDS/PP)

O clima de grande consenso prosseguiu entre os partidos acima referidos durante o debate na generalidade que se seguiu. E no dia 15 de Janeiro, como consta no Diário da Assembleia, «Submetida à votação na generalidade, o articulado da 7.ª Comissão foi aprovado, com dois votos contra do MDP/CDE.» E na discussão na especialidade, o artigo que define as regiões administrativas como autarquias locais, não tendo quaisquer propostas de alteração, «Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.»

Estava assim criado o clima de grande consenso na classe política sobre a problemática da regionalização do continente, o que se prolongaria por muitos anos. O CDS continuou o seu apoio e no manifesto do Programa Eleitoral de 1991 comprometeu-se perante os eleitores na «concretização empenhada do processo de regionalização do Continente, para combater a macrocefalia do Estado ...». E o PPD, que

cesso da regionalização, como sejam «... mais um factor de desenvolvimento global e integral do País... para aproximar mais as populações dos centros de decisão... mais um instrumento de unidade e de coesão nacional, valorizando os recursos e potenciais de cada região.»

E que dizer dos Programas de Governo deste mesmo PPD/PSD? No XI Governo (1987) defendeu que «... o desenvolvimento gradual do processo de regionalização e o fortalecimento do poder local constituem tarefas nacionais, as quais exigem um esforço e empenhamento colectivos...» Anunciou ainda que se empenharia «na aprovação pela Assembleia da República de uma lei quadro sobre a regionalização, que permita uma decisão sobre as funções e competências das regiões administrativas.» E aqui o PSD foi coerente com o seu SIM à regionalização, pois a Lei-Quadro das Regiões Administrativas é de sua iniciativa e foi aprovada na Assembleia da República por unanimidade.

E quanto ao XII Governo (1992)? É aqui que se inicia um processamento de difícil explicação para este Partido cuja liderança se ufanava de *denunciar e de raramente ter dúvidas!* Vejamos o que nos diz o Programa deste Governo: «... o processo de regionalização assume, naturalmente, uma relevância indiscutível, pelo que o Governo a ele irá dedicar particular atenção.» e «... o Governo propõe-se apresentar uma proposta de lei de criação de regiões administrativas...». Todos estamos recordados como este Governo, tendo expirado o seu termo de governação no fim da legislatura, não só não cumpriu o que se tinha proposto fazer, como veio a opor-se ao processo de regionalização em completo antagonismo com tudo o que afirmou durante tantos anos. As citações mencionadas são apenas um brevíssimo apanhado das muitas declarações pelo SIM dos que agora são pelo NÃO no referendo para a regionalização. Os partidos que se comprometeram pelo SIM que justifiquem o que se passou em Portugal e na Europa para que tenham mudado tão drasticamente para fazerem afirmações tão bizarras e com total falta de senso no seu argumentário pelo NÃO.

Não mencionamos os nomes das personalidades políticas que fizeram tais afirmações pelo SIM às Regiões Administrativas e hoje são descaradamente pelo NÃO. Porque os homens passam e as instituições políticas vão permanecendo. Pensamos, no entanto, nos que ainda continuam a exercer funções partidárias e, se lhes resta alguma dignidade, que não poderão deixar de corar ao serem confrontados com tal acareação.

Aos que não apoiam a regionalização em coerência com o seu passado ou as suas legítimas convicções, o nosso apreço pela sua contribuição para o debate político e o nosso devido respeito democrático. Aos outros, atolados na desonestidade dos estratagemas políticos, o nosso repúdio.

\* Fundador do Partido Socialista.

PELO SIM

Luís Parreirão



## O PARTIDO SOCIALISTA A REFORMA DO ESTADO A REORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

O modelo de Estado centralizado, organizado a partir de um centro de decisão político/administrativa único, é um modelo típico das ditaduras e aquele que, inelutavelmente se serve. Daí que, não há Estado democrático que não procure, na sua auto-organização, contrariar este modelo centralizador. Desde logo porque a centralização é geradora de desigualdades e deturpadora da própria legitimidade do exercício do poder. E, sobretudo, porque *a democracia se avalia, não só pela legitimação popular dos Parlamentos, mas, também, pela qualidade do controlo da decisão política pelo povo numa relação de proximidade e transparência.*

Aliás, as ditaduras, também, mantêm «Parlamentos» onde, esgotado que está o dogma da legitimação divina do poder, se endeusa nuns casos e ficciona noutros, a legitimação popular do poder. A democracia avalia-se, assim, pela maior ou menor facilidade que o Estado tem de, sem se demitir do seu «*ius imperium*», se auto-organizar para a resposta rápida e eficaz às solicitações que lhe são feitas pelos cidadãos. Resposta rápida e eficaz, mas, também, económica já que os custos, todos os custos inerentes à decisão política e acção Estadual são suportados pelos cidadãos através dos impostos.

Aliás, a esta preocupação de eficácia associa hoje, e cada vez mais, a preocupação de transparência, vista esta como dever do Estado e da Administração. A progressiva democratização, ou melhor, a procura de modelos de decisão política em que o controlo do cidadão seja cada vez mais perfeito é, então, uma aspiração legítima de qualquer Estado democrático. Uma das formas, porventura a mais eficaz,

de operar esta democratização é conseguida através da descentralização da decisão política e da desconcentração ao nível da execução das decisões tomadas. Em Portugal, com a instauração da Democracia em Abril de 74 esta tendência descentralizadora do Estado desde logo se fez sentir e alcançou consagração constitucional no princípio da regionalização do país.

Os condicionalismos históricos que acompanharam o processo de democratização impuseram como prioridade nacional a afirmação de Portugal na Europa e no Mundo conseguida, em grande medida, só depois da descolonização e da consolidação interna do regime democrático. Foram estes condicionalismos que relegaram para um segundo momento a implementação das regiões.

A estas razões veio juntar-se o reforço do municipalismo e, sobretudo, a acção dos municípios que foram, e são, grandes motores do desenvolvimento nacional, dando, assim, cumprimento a uma das promessas de Abril.

Contrariamente a Portugal, outros países, que nas décadas de 70 e 80 viveram processos de queda de ditaduras e democratização, começaram a afirmação das suas democracias pela instituição de modelos de organização estadual regionalizados. Foi o caso de Espanha que operou uma regionalização político/administrativa. Mas, foi, também, o caso do Chile que operou uma regionalização de carácter administrativo.

O modelo de regionalização consagrado na Constituição configura uma regionalização administrativa, em que as regiões assumem funções de planificação do desenvolvimento e, portanto, um mo-

delo mais funcional do que político, não obstante a eleição das Assembleias Regionais.

Foi este o modelo de descentralização do Estado que o legislador constitucional de 76 consagrou como adequado ao desenvolvimento democrático português. Decorridos mais de 20 anos, com uma democracia estável e um regime político amplamente consensualizado, é este modelo de organização do Estado que será referendado.

Mas, será o referendo, independentemente do seu resultado, o ponto de chegada deste processo?

Em nosso entender este é, apenas, o ponto de partida.

*O que está realmente em discussão é, por um lado, a auto-organização do Estado que queremos e, por outro lado, a forma de relacionamento desse Estado com os cidadãos.* E, curiosamente, é a primeira vez, desde a instauração da democracia, que esta discussão se impõe com toda a acuidade.

Como democratas e como socialistas não somos indiferentes às soluções que sejam encontradas e, ainda que respeitando sempre a soberana vontade popular, de uma coisa estamos certos: - o modelo de organização político-administrativa que temos não serve um regime democrático que se quer moderno e, portanto, adequado às necessidades das modernas sociedades plurais e de poderes múltiplos.

Urge fazer a reforma do Estado e, através dela, consolidar a democracia naqueles pontos em que ela é mais sensível. E esses pontos situam-se, inequivocamente, ao nível da descentralização da decisão política e da racionalização dos recursos afectos à prossecução do interesse público.

É este o grande desafio que a nós socialistas, socialistas com responsabilidades de Governo, se nos coloca nos dias de hoje. E não é esta uma tarefa que possamos enjairar ou adiar.

O compromisso da esquerda moderna com os eleitores é o de criar condições para uma cada vez mais forte identificação destes com o sistema político, com os seus autores e actores, e *também uma cada vez maior aproximação do Estado e dos seus serviços aos seus destinatários.*

Esta aproximação do Estado e dos seus serviços ao cidadão, razão de ser de toda a administração, terá de ser, hoje, algo mais do que uma meta ou um resultado a alcançar. Há que alterar a própria concepção tradicional do Estado ou, como já alguém disse, «há que reescrever o contrato social, reinventando o conceito de Estado-Providência em que assenta o Estado Social». Trata-se, na sua essência, de promover uma nova postura social, uma nova postura de esquerda, em que o Estado e a administração confiem no cidadão, constituam um estímulo à sua participação e promovam positivamente a igualdade de acesso de todos a todos os bens.

O caminho que percorremos, porque assente exclusivamente em valores e convicções, resiste sempre. *O que queremos é ao desenvolvimento juntar solidariedade, à democracia juntar a igualdade, à unidade nacional juntar a participação de todos.* Cabe ao Partido Socialista, que nos seus 25 anos de vida tem associado o seu nome, e o nome dos seus dirigentes, às mais importantes páginas da nossa história, lançar mais este debate e, através dele, consensualizar a opinião pública portuguesa em torno da urgente reforma do Estado.

PELO SIM

Fernando Santos Neves\*

## TESES CONTRA O ESTADO CENTRALISTA (LEVIATÃO) E A FAVOR DA REGIONALIZAÇÃO<sup>1</sup>

É uma contradição histórica ser-se a favor da «União Europeia» e contra a «Regionalização Portuguesa», pretender-se, «Europeu» (e, por vezes, até, «federalista») e pretender que a regionalização é um «erro», mais ou menos «colossal».

A «União Europeia» é o princípio do fim de um certo conceito e realidade de «Nação», a que os saudosistas e conservadores se agarram (obviamente, sem a grandeza de alma de José Saramago ou a tão filosófica boa

vontade de Eduardo Lourenço de «não querer tentar o diabo!») e o princípio do novo conceito e realidade de «Regiões», as quais, paradoxalmente, são o resultado e a condição do incontornável e não necessariamente catastrófico fenómeno da «globalização social» (que não é económica) contemporânea.

A simultaneidade da data dos referendos sobre a «Europa» e sobre as «Regiões» poderia ter sido meramente factual e até, pelo que à Europa diz respeito, poderia o referen-

do ser considerado despropositado e inconstitucional, mas a simultaneidade era objectivamente de uma total coerência. A regionalização (que pode ser mais ou menos perfeita e conviria que fosse o menos imperfeita possível) é o futuro normal das duas linhas e duas lógicas que eu pensava já definitivamente adquiridas na sociedade portuguesa pós-25 de Abril: a linha e a lógica da «integração europeia» e a linha e a lógica da democracia e do desenvolvimento humano sustentado.

Quem não percebeu isto ainda não percebeu o «abc» do que está realmente em causa.

Embora, como concluída celebrada comédia de Hollywood, «Ninguém seja perfeito», não acredito que cidadãos inteligentes, cultos e empenhados como Mário Soares, Freitas do Amaral, Cunha Rego, Vital Moreira, Marcelo Rebelo de Sousa, António Barreto, Miguel Sousa Tavares e alguns mais sejam verdadeiramente contra a regionalização.

Continua na página seguinte

# REGIONALIZAÇÃO

## Continuação

Têm mas é, como eu também, ótimas razões para não estarem de acordo com o processo em concreto, o mapa em concreto, a preparação ou a falta de preparação adequada, etc., etc., onde, na verdade, se cometeram «colossais erros» como, infelizmente, «colossais erros» se cometeram, por exemplo, «no processo revolucionário do 25 de Abril» e no «processo democrático em geral».

Constituirão todas estas e muitas mais razões, razão suficiente para que as pessoas que sempre lutaram contra todas as «unicidades» (sindicais e outras), contra todos os «centralismos» (menos «democráticos»), contra todos os «patrioteirismos» (mesmo que, às vezes, denominem «tarefas patrióticas»), contra todos os «Portugais Únicos», todos os «Portugais orgulhosamente sós» de ontem de hoje, façam agora campanha, sirvam de cobertura e votem contra a regionalização, como se num eventual referendo sobre o «25 de Abril» e sobre a «Democracia», por causa dos inegáveis e nada despididos erros destes processos tornassem a decisão de votar «não»?

À semelhança da democracia e para repetir a fórmula churchiliana, também a regionalização será o pior de todos os processos e de todos os regimes para sociedade portuguesa, mas só com a excepção de todos os outros.

## Sobre o «erro colossal»

A já famosa «primeira página» do «Diário de Notícias» que apodava a regionalização de um «erro colossal» não foi mais (e continuará a ser até ao fim dos tempos e até à náusea, porque, à falta de outros argumentos, o refúgio dos anti-regionalistas vai ser este argumento de autoridade, literalmente caído do céu!) que um aproveitamento colossal de uma «colossal desatenção momentânea» de Mário Soares.

Doutor Mário Soares, glosando uma frase célebre, já reparou de que lado lhe vêm os maiores e mais substanciosos aplausos? A sua justa consagração histórica de «Pai da Democracia Portuguesa» veio-lhe de outras lutas e contra os inimigos (os fascistas, os colonialistas, os totalitaristas) e em nada aumentará com esta «colossal desatenção» e estes intermináveis «colossais aproveitamentos»!

Palavras cheias de sabedoria e bom senso são as que escreveu o actual presidente da Assembleia da República, Dr. Almeida Santos («Diário de Notícias» de 5 de Julho de 1998): «Mário Soares fez a viagem do sim para o não. Ao contrário de mim... Cavaco Silva também foi um grande entusiasta da regionalização, prometeu-a em todos os programas do governo, prometeu-a nas campanhas eleitorais e obteve votos a partir dessa promessa. Depois arrependeu-se e nunca disse por que motivo se arrependeu. Quase tenho o prazer em me colocar no pólo oposto... O PSD fez «regiões» - as coordenadoras regionais - que têm poderes e custam mais dinheiro do que custará uma futura região administrativa. Ainda por cima, os órgãos dessas «regiões» são nomeados a dedo, não são legitimados democraticamente. Sendo democrata, não posso deixar de preferir regiões com órgãos democraticamente legitimados.» «Não deixa de me espantar», escreveu (Púb-

blico 07/06/98) uma excelente alma, portuense e portista (António Barreto, a quem, por afinidade, poderia juntar outra não menos excelente alma e não menos excelente portuense e portista, Miguel Sousa Tavares: «Vos choque, Bruti?» - «que os três ou quatro autarcas, que, há anos, não conseguem construir o Metro do Porto, queriam regionalizar o País inteiro!»).

Quem sabe, caro António Barreto, se esses autarcas querem regionalizar o País precisamente para poderem construir o metro do Porto e para que os outros possam construir os seus «metros simbólicos» no Algarve, nas Beiras, no Alentejo a até... na região de Lisboa?

E, já agora e humor por humor, quanto a semelhanças com o seu inventado monstro «Ocap» (Público, 01/07/98) o tal «bicho que tem pernas de Burro, rabo de Zebra, corpo de Girafa, pescoço de Cavalo, cabeça de Vaca e cornos de Vitela», não me parece ser tanto o caso das regiões, que ainda não existem, mas antes o caso do bem real Estado Centralista que eu designei por Levitão, e que, numa próxima vez, não me repugnaria designar, com a devida vénia, Okapai! E também já agora, porque não seguem todo o bom exemplo e todos os bons argumentos pró-regionalização desse outro ilustre portuense e portista que dá pelo histórico nome de Carlos Magno?

«Mas há mais», escreveu ainda (Público, 02/07/98) outra excelente alma, Eduardo Prado Coelho: «Quando se passa para a administração local, mais de 52 por cento dos funcionários apenas têm a quarta classe ou menos. Somente seis por cento têm a licenciatura. Pergunta-se: quem vai administrar as regiões administrativas? Eles?»

De novo, não será que a pergunta é outra: para que tal estado de coisas não volte acontecer e deixe de acontecer, demonstrando que ficou até à exaustão e inoperância do regime centralista actual em termo de educação e desenvolvimento não se torna urgente mudar o rumo, por exemplo, com a reforma da regionalização democrática?

Uma implacável resposta a tal pergunta acaba de ser de ser dada no seu implacável estilo por Pedro Santana Lopes (Diário de Notícias, 06/07/98): «O meu argumento principal a favor da regionalização é que não é preciso haver mais provas. Basta ver ao que esta organização administrativa nos conduziu, em termos de diferenças dentro de um país tão pequeno, para se demonstrar que o modelo está esgotado. Quando as pessoas falam no reforço dos municípios, isso é uma desculpa, um pretexto. Este modelo não serve.»

Retomando as palavras finais de Eduardo Prado Coelho no artigo citado: «O drama é o País e o País é o drama.» Para não acabar de vez com o País tente-se acabar com o drama, através da Regionalização Democrática!

## Os anti-regionalistas

Os anti-regionalistas militantes (género M. Villaverde Cabral, V. Graça Moura, J. César das Neves, Alfredo Barroso, Maria João Avilez e outros «Portugueses únicos que tais») estão obviamente a tomar os seus desejos, medos e interesses por realidades ao anunciarem como certa a vitória do «Não» no referendo sobre a regionalização.

Não ter nem apresentar mais que desejos, medos e interesses (mesmo insistente e

diletantemente apregoados) como argumentos não me parece que seja suficiente para convencer o povo português (que sofre, na pele, os malefícios do centralismo do Terreiro do Paço), nem para vencer, designadamente, o Partido Socialista e o Governo (que fazem da regionalização ponto de honra da sua honra e do seu programa) ou o secretário-geral e o primeiro-ministro António Guterres, o qual não hesitou em declarar a criação das regiões administrativas como a «Reforma do Século» e em proclamar, na Assembleia da República (30 de Junho de 1998): «A nossa sociedade tem de ser a sociedade da descentralização e da regionalização, repito da Regionalização contra o Centralismo.»

Aliás, repetindo o que muitas vezes e em muitos lugares tenho dito e constitui um elemento acto de justiça, António Guterres foi o primeiro «político lisboeta» que falou do Porto e do Norte de uma maneira lúcida e não provinciana quando, publicamente e ainda antes de tornar-se primeiro-ministro, afirmou que o desenvolvimento e o protagonismo daquela cidade e daquela região não era contra a unidade de Portugal nem contra a grandeza de Lisboa, mas sim o resultado de potencialidades únicas numa perspectiva fronteiriça europeia e condição sine qua non para que o Porto não deixasse de ser aquilo que, não obstante toda a miopia centralizadora de anteriores governos, realmente e reconhecidamente é, a saber, a capital de todo o noroeste da Península Ibérica. Maximamente saudável e maximamente promissor é também verificar que tal discurso, que quando comecei a utilizar era olhado como simples provocação, se vai tornando o discurso oficial do governo de Portugal e do governo da Galiza.

As únicas alternativas, neste momento e sem prejuízo de correções essenciais, designadamente no mapa concreto das regiões, (porquê, por exemplo, não ter adoptado o mapa das cinco regiões, ou, para a Região do Norte, não ter aceite o belo e significativo nome de Região do Norte Atlântico, etc., etc.) são ou voltar a actual proposta de Regionalização Democrática ou manter e consolidar o actual *statu quo* do centralismo estatal levitânico. Tudo o resto não passa de ideologia, literatura e defesa mais ou menos inconsciente de interesses estabelecidos e faz inevitavelmente lembrar as palavras cruéis do filósofo Alain: quando alguém diz que não é de direita nem de esquerda, já sei que é de direita e conservador.

O exército dos anti-regionalistas, sendo embora heteroclito e apresentando algumas surpresas de alguns ingénios úteis, não deixa de ser essencialmente formado (verbalizando o óbvio, Fernando Gomes *dixit* com grande desespero de quem se sentiu visado) por gente da direita, pelos nacionalistas de antigamente e por aqueles que pensam estar a defender os seus privilégios. Mesmo se, como candidamente escreve uma das mais aguerridas anti-regionalistas, Maria João Avilez, definindo-se a si própria e a todos os seus, «ninguém sabe do que fala quando fala de regionalização» (Expresso 11/07/98).

Com grande lucidez e dignidade e quase pedindo desculpa pelo facto, o Prof. Vieira de Carvalho confessa (Diário de Notícias de 26/07/98) que a única razão por que não vota «SIM» é não querer abandonar o seu

campo na guerra da direita contra a esquerda em que se transformou o referendo sobre a regionalização.

## O não e o sim

Donde se conclui que a regionalização não é «não é uma treta pimi!» (como escreveu J. César das Neves) ou uma revolta separatista do Porto, de Fernando Gomes e Pinto da Costa (como escreveram todos os *opinion-makers* institucionais do costume!) ou uma velha obsessão dos Algarves «que até eram algo distinto de Portugal» ou protestos de resmungões que acham que o interior do País está despovoado e ao abandono ou apenas uma incómoda promessa eleitoralista de António Guterres e do Partido Socialista, que «já não sabem como descaçar a bota», ou uma batalha mais ou menos folclórica entre Lisboa e Porto, as duas cabeças naturais do Sul e do Norte do País, ou mais uma manobra do Partido Comunista que quer assenhorear-se do Alentejo e do em perigo a vocação histórica de Portugal, ou uma «corrida aos tachos» e uma queda na ingovernabilidade (até porque, sentenciou o «profundo» pensamento político de Cavaco Silva, o pluralismo das regiões pesaria menos na Europa e respectivas negociações dos fundos (sic) que o monolitismo autoritário do Estado centralista), ou um qualquer movimento autonomista à AJ Jardim, em que, a todo o instante, vale tudo e o seu contrário, *mas sim*:

Uma velha norma da Constituição da República Portuguesa e dos programas dos maiores partidos políticos nacionais, a começar pelo PSD!

Um facto comum a todos os países europeus desenvolvidos, em que, mais uma vez e para nossa desgraça, ficámos «orgulhosamente sós» (Salazar *dixit*, com toda a satisfação), «provincianamente e subdesenvolvidamente sós» (*dico ego*, com toda a tristeza!) O paradigma europeu da modernidade, que conjuga a democracia política com o desenvolvimento económico e social e que, glosando a expressão de Sartre, constitui o «horizonte inultrapassado do nosso tempo» (infelizmente, como já verificou P. Teilhard de Chardin no seu «Fenómeno Humano», «uma grande parte dos nossos contemporâneos ainda não são modernos»).

À semelhança do fantasma do comunismo no século passado por toda a Europa, um outro fantasma está a obsessar a *intelligenza* da nossa praça: o fantasma da regionalização e contra ela já foram dadas quase todas as asneiras imagináveis; o que interessa, agora, é transformar Portugal, abandonando, definitivamente, as provincianas manias messiânicas de «únicos» e «sós» contra tudo e contra todos e colocando-nos ao ritmo da modernidade, que dá pelo nome de «Democratização», «Desenvolvimento» e «Regionalização». Portugueses de todas as regiões, incluindo os lisboetas, uni-vos e regionalizai!

<sup>1</sup> O título é uma óbvia referência às famosas 11 teses de Karl Marx, intituladas «Ad Feuerbach», de que a 11ª se tornou a mais famosa: «Até aqui os filósofos têm interpretado o mundo de diversas maneiras, mas o que importa é transformá-lo».

\*Professor universitário; # «Seara Nova»



PELO SIM

Carlos Zorrinho



## REGIONALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**H**á duas evidências empíricas que devem fazer reflectir todos os portugueses ainda indecisos quanto ao balanço das consequências que podemos esperar da concretização da regionalização. A primeira é a correlação fortíssima entre regionalização e desenvolvimento que podemos verificar à escala da União Europeia, onde são os países que não têm um patamar administrativo intermédio entre o poder central e o poder local, aqueles que ocupam os últimos lugares do «ranking» de desenvolvimento e bem-estar. A segunda é que em nenhum país que optou pela criação das regiões se verificou qualquer movimento consistente de recuo ou arrependimento.

Embora a regionalização seja mais um instrumento que uma solução, uma abordagem racional das suas virtualidades permite-nos facilmente concluir que desde que correctamente utilizada, se consubstancia num excelente instrumento de apoio ao desenvolvimento equilibrado e sustentado.

Não pretendo esgotar a enumeração de todas as potenciais virtualidades da regionalização neste pequeno artigo, e ten-

do em conta que o elevado grau de abstracção de grande parte do argumentário do SIM lhe tem sido francamente pernicioso no confronto com a demagogia redutora dos apoiantes do Não, aproveitarei esta oportunidade para listar alguns argumentos simples que deverão levar um cidadão de bom senso e interessado no progresso do País a viabilizar a reforma descentralizadora que lhe é proposta com a criação das regiões administrativas.

A criação das regiões administrativas aumenta a racionalidade da administração pública, garantindo mais eficácia na prestação de serviços e no uso dos impostos que pagamos, reduzindo os circuitos burocráticos, incentivando o investimento de dimensão intermunicipal e fomentando a articulação entre os serviços regionalizados do Estado central.

Por outro lado, as regiões administrativas darão um importante contributo para melhorar a qualidade da nossa democracia, aproximando os cidadãos dos centros de decisão, criando mais transparência no uso dos recursos públicos e colocando nos locais de decisão pessoas com sensibilidade directa

e conhecimento dos problemas a resolver. As regiões administrativas serão também um importante factor de coesão nacional, aumentando a interdependência regional e fazendo depender da cooperação activa o sucesso do conjunto do território, ao contrário da situação actual em que o destino do País se decide, para o bem ou para o mal, exclusivamente no eixo Setúbal/Braga, com graves consequências na asfixia dessas zonas e na desertificação do interior.

No quadro competitivo e regionalizado com que será desenhado o regulamento de investimentos estruturais subjacentes à Agenda 2000, a criação das regiões administrativas permitirá também criar um quadro de planeamento à escala ideal para maximizar a captação e a boa execução desses meios fundamentais para a convergência real do desenvolvimento interno do País e no seu desenvolvimento comparado à dimensão europeia.

A criação das regiões administrativas é uma oportunidade histórica de desenvolvimento e modernização para Portugal. Uma oportunidade que para se concretizar não necessita de significativos recursos humanos ou

materiais.

Necessita apenas que cada português confie nas propostas que lhe são feitas pelo actual Governo e pelo partido que o apoia, ciétes de que um partido no poder, se tivesse dúvidas quanto ao impacto extremamente favorável da regionalização na qualidade de vida dos eleitores, dificilmente arriscaria um apelo ao SIM como o que o PS e o seu Governo têm arriscado.

O PS e o seu Governo estão profundamente convencidos que a regionalização é um decisivo passo em frente na modernização do País, no aumento da competitividade, na transparência do seu sistema político, na sua coesão sua interna e na sua capacidade de afirmação à escala europeia.

Partilho fortemente dessa convicção. Estou certo que a maioria dos leitores terão o mesmo sentimento. Não percamois pois um minuto que seja – vamos empenhadamente passar a mensagem até ao último voto, que poderá fazer a diferença entre o futuro e o passado, entre o progresso e a estagnação, entre a modernidade e o contra, entre a ousadia consistente e o pessimismo recorrente. Vamos ao trabalho!

PELO SIM

José Medeiros Ferreira



## REGIONALIZAR É PRECISO

**V**ai alta a discussão sobre a reforma administrativa que dá pelo nome de regionalização. Desde o liberalismo que sempre assim é quando se trata de introduzir uma novidade deste género.

O que se diz agora contra a criação de regiões já se disse a partir de 1822 contra os distritos e durante um século contra as províncias.

Se não nos mesmos termos, certamente no mesmo espírito. Pois se até as freguesias foram objecto de rejeição pelas paróquias... De meu natural seria relativamente céptico sobre os benefícios da regionalização em termos administrativos ou de desenvolvimento económico.

Porém, tenho por adquirido que é uma experiência que se deve fazer e cujos resultados serão globalmente positivos para a sociedade e para o Estado.

Por isso, desde que o grupo parlamentar do PS apresentou o seu plano em Vilamoura, há já dois anos e meio, dei o meu apoio, para surpresa de alguns próximos.

E tudo o que se passou entretanto só veio reforçar esta minha atitude favorável à regionalização administrativa do Continente.

Esta atitude nem sequer é ditada pelo facto de ter sido eleito deputado pelo círculo dos Açores, e este constituir, em termos políticos, uma região autónoma.

Basta reparar nas declarações dos deputados insulares do PSD sobre a resposta ao referendo para se verificar não haver aqui nenhum nexo causal. Porém, a posição negativa do PSD dos Açores e da Madeira é

escandalosa.

Com efeito, o mais característico na organização política dos arquipélagos dos Açores e da Madeira não é o facto de terem sido constituídos em regiões, mas antes o facto de terem adquirido a sua autonomia política, legislativa, financeira e administrativa. O conceito de região não é o essencial para a categoria política da autonomia insular.

Em relação à Madeira nem sequer houve uma mudança de âmbito territorial, como aconteceu nos Açores com o desaparecimento dos três distritos e a consequente unidade administrativa do arquipélago. Houve, aliás, um projecto do Ministério da Administração Interna que ressuscitava o conceito de província enterrado pelo Estado Novo em 1959 para nomear as até então «ilhas adjacentes».

O que essencialmente caracteriza os Açores e a Madeira é a sua condição de entes insulares autónomos. O conceito de região apenas veio enroupar a velha aspiração autónoma com a nova moda europeia. São, pois, realidades muito distintas as que se querem englobar sob a denominação geográfico-tecnocrática de regiões, desde as autonómicas insulares às administrativas continentais.

Mas as coisas nem sempre encontram o seu próprio nome com facilidade, e depois da II Guerra Mundial o modelo italiano do planeamento indicativo erigiu o conceito provindo de Vidal de la Blache e da geografia humana à instância da divisão político-administrativa dos Estados que se queriam ao mesmo tempo unitários e descentralizados.

É o nosso caso.

Entre nós, o conceito emergiu com os tecnocratas dos planos de fomento e a criação das regiões-stand em 1969. Quem refer hoje os debates na Assembleia Constituinte em Janeiro de 1976 lá encontrará, nas intervenções mais favoráveis, essa referência.

Curiosamente, nesse debate sobre o «poder local» eram as «comissões de moradores» a grande preocupação, enquanto a criação de regiões aparecia mais como uma virtualidade do que como uma urgência.

Os constituintes pretenderam que as regiões administrativas se criassem simultaneamente, e até hoje qualquer movimento ficou tolhido por essa disposição.

Ora, este referendo sobre a regionalização pode terminar com a interpretação cronológica da criação simultânea das regiões, desde que haja uma maioria de respostas afirmativas à primeira pergunta. No caso de haver maiorias contrárias à configuração de certas regiões e maiorias favoráveis a outras, esse nó górdio do processo de descentralização administrativa seria despejado. É das poucas virtualidades que encontro em mais este recurso atabalhoado ao referendo.

A actual campanha referendária acentuou certos aspectos negativos da nossa sociedade quando esta é chamada a pronunciar-se extraordinariamente em termos directos, os movimentos cívicos não se têm revelado melhores que os partidos políticos em matéria de pedagogia democrática e participativa. Desse ponto de vista diria que

os movimentos cívicos que apareceram nas duas campanhas referendárias já realizadas em Portugal não ajudaram a melhorar a qualidade do debate político e a mobilizar os cidadãos.

É de desolador que assim seja, pois uma das potencialidades da figura do referendo era exactamente essa de introduzir um suplemento de qualidade e de participação democráticas.

Não deixa de ser notável o facto de o termo Portugal, leia-se aqui Estádio português, figurar no centro do debate a favor do sim ou a favor do não.

Assim, todos reconhecem que o valor fundamental a defender é o da coesão nacional.

Por isso, não creio que haja excomuniões a pronunciar no dia seguinte ao do referendo, seja qual for o resultado.

O facto de haver percepções distintas sobre o melhor modelo administrativo para o Estado português, desde que democrático, é de uma naturalidade propiciadora de maior serenidade na sua discussão, sendo certo que o modelo de descentralização e de desenvolvimento equitativo e equilibrado que se pretende alcançar através das regiões é uma aspiração irreversível.

Há, pois, toda a vantagem em iniciar o processo legalmente. O «pacto de coragem» proposto pelo Presidente Jorge Sampaio em 5 de Outubro deve estender-se à regionalização.

Assim se confessa alguém que é favorável à criação das regiões administrativas sem ser regionalista.

# «Diário de Notícias»

PELO SIM

António Marques Calado

## O QUE MARCELO REBELO DE SOUSA DISSE:

**31** de Março de 1996 – Congresso do PSD de Santa Maria da Feira.  
«Não diga o PS que nós pretendemos impedir a regionalização. É pura mentira. Este congresso avalizou expressamente a posição do nosso processo de revisão constitucional. Queremos a regionalização.»  
11 de Abril de 1996 – Declaração à Agência Lusa:  
Marcelo Rebelo de Sousa afirma: «fazer campanha a favor da regionalização, se houver um referendo nacional, conforme proposta social- Democrata.»  
Marcelo Rebelo de Sousa desmentiu nesta declaração à Agência Lusa, «que alguma vez se tivesse manifestado contra a regionalização. "Disse ainda" que era favo-

rável à criação de Regiões Administrativas». 15 de Abril de 1996 – Entrevista à SIC:  
Marcelo Rebelo de Sousa afirma: «A minha posição pessoal é e sempre foi favorável à regionalização. Fiquei convicto quando fui deputado metropolitano e deputado municipal em Lisboa. Quando vi, cada município com a sua política de lixos, política de solos, política de água, política de rede viária, sem plano de ordenamento do território, com uma associação municipal obrigatória a não funcionar, eu disse aqui mais legitimidade política e falta aqui mais poderes de coordenação municipal, ou seja, faltam as regiões administrativas.»  
25 de Agosto de 1997 – Festa do Emigrante em Celorico de Basto.  
Marcelo Rebelo de Sousa diz «Vamos dizer não, definitivamente não à

regionalização.»  
De 19 de Abril a 30 de Julho, o PSD participou na subcomissão Parlamentar do Poder Local que aprovou, em concreto, o projecto da criação das regiões administrativas. Este projecto, não é nem o projecto do PS, nem o projecto do PCP. É um projecto que resultou do trabalho da Comissão Parlamentar do Poder Local, em que participaram deputados do PSD e PP.  
Agora, o líder do PSD voltou com a palavra atrás. Deu o dito por não dito. Marcelo Rebelo de Sousa cedeu nas suas convicções para evitar problemas internos do seu próprio partido, com medo de ser retirado da liderança do PSD, com medo de perder o poder que tal posição lhe confere.  
O líder do PSD, não encontrando motivos válidos contra os benefícios da

regionalização – e contra o seu próprio pensar, expresso nas declarações acima referidas -, arregaça-se, encarna-se contra esta, dizendo mal de tudo e todos com uma deselegância que raia a loucura.  
Perante tal processo, tanta contradição, tanto descizer, tanta desinformação, que confiança política nos merece Marcelo Rebelo de Sousa? Quem pode ainda acreditar nas suas palavras? Certamente, só aqueles que, saudosos, sonham ainda continuarem a ser os senhores barões de Portugal. Se a direita (PSD e PP) é contra a regionalização, fácil é concluir que a mesma segue os interesses políticos do 25 de Abril, para a democracia, progresso e desenvolvimento de Portugal.  
Dia 8 de Novembro, diga SIM à Regionalização.

## REGIONALIZAÇÃO? SIM

**R**ecentemente, num debate sobre a regionalização na Rádio Renascença, em que intervieram Carvalho da Silva e Silva Marques, entre muitos e válidos argumentos (assim o sinto), empregou em defesa da Regionalização o argumento de que a mesma se encontrava expressa na Constituição portuguesa.  
Silva Marques em defesa do não à Regionalização e em resposta argumentou que a Constituição estava mal feita e que enfermava do espírito socialista que o 25 de Abril permitiu e que, por tal facto, Portugal continuou mais 20 anos atrasado. Este ataque à Constituição (que o PSD tam-

bém aprovou quando da sua feitura), pondo em causa o virtuosismo do 25 de Abril, revela bem a ânsia, o frenesim, a loucura do PSD em procurar argumentos contra a Regionalização, em total desprezo pelo sentimento do povo, atacando o seu maior bem, o seu maior orgulho que é o 25 de Abril.  
Se outras razões não houvessem, bastaria esta (obviamente saudosista), para que o eleitorado percebesse que o PSD de hoje não está interessado na Regionalização, porque a mesma quer dizer menos burocracia, mais desenvolvimento para cada Região, mais qualidade de vida, um País mais forte na disputa pelos fundos cornu-

nitários europeus, decisões mais rápidas tomadas pelas pessoas que melhor conhecem os problemas da sua terra.  
Todo este desenvolvimento e progresso não interessa a alguns dirigentes do PSD, ao Partido PSD em geral, porque havendo um melhor nível de vida dos trabalhadores, havendo um Portugal mais bem organizado, mais bem governado, mais desenvolvido, com mais justiça social, mais coeso, mais equilibrado, põe em perigo toda a classe da direita, ciosa das suas regalias sociais, dos seus instintos feudais.  
Os dirigentes do PSD que outrora defendiam a Regionalização, só são cata-ventos não regionalistas agora, pelo simples fac-

to de ser o Governo socialista a ter a coragem política de, face às realidades da Europa e do Mundo, propor em Portugal uma outra administração regional (com a qual concordam o PS e PCP) que lhe permita desenvolver-se e acompanhar os outros países do pelotão da frente, não ficando para trás, pobre e abandonado.  
Quilçá, estou convencido que, o PSD, como instrumento eólico que é, seria a favor do sim se o PS e o PCP fossem defensores do não.  
Neste sentir sucinto que aqui deixo, espero que o mesmo tenha contribuído, ainda que levemente, para o esclarecimento a favor do sim à Regionalização.

PELO SIM

Nestor Rebelo Borges

## A FORÇA QUE NOS UNE

**T**enho lutado imenso pelo Sim às Regiões.  
Não me preocupam as sondagens – respeito-as, é certo, nem tão-pouco o elevado número de indecisos pois estes no dia 8 de Novembro estarão prontos a votar, de forma séria e consciente no melhor para eles e para Portugal, fruto de uma campanha pedagógica e honrada que visa o esclarecimento do povo português, no sentido da verdade, da justiça e do bem.  
Preocupa-me sim o facto de assistir, incessantemente, a um ou outro grupo de anti-regionalistas, que fazem desta importante questão, que infunde enorme respeito – trata-se da reforma do século -, uma folha de papel em branco onde cada indivíduo pode garatujar à vontade.  
Porque são estes os responsáveis pela má imagem «dos que se dizem políticos», criada junto dos cidadãos.

O PS tem pautado a sua campanha de forma educada, coordenada, assente nos valores e convicções pelos quais nos identificamos.  
Há oito anos atrás (tinha eu 18/19 anos) começava a ser cercado pela Direita Radical, alvejado por promessas de um futuro risonho.  
No entanto, optei sempre por ajudar o candidato socialista da minha freguesia, numa campanha serena e tranquila, mesmo tratando-se de distribuir manifestos e autocolantes.  
Via o Partido Socialista como uma força viva. Um partido diferente. Transmítia-me confiança.  
Hoje está ainda mais forte, destemido. É com esta determinação que olho para o futuro, com confiança e com sentido de responsabilidade, disposto a combater ao lado dos que procuram o melhor para todos os portugueses, sem excepção, e para Portugal.

Levanta-se agora a questão da passividade dos regionalistas na campanha pelo Sim às Regiões Administrativas.  
Foi nesta óptica que me dirigi aos camaradas, no passado mês de Setembro, na reunião de militantes de Federação do PS/Porto, e deixei o alerta da contra-informação vendida ao desbarato pelos anti-regionalistas.  
Ouço falar de Regionalização na escola, na biblioteca, no café, nos estádios e até do adro da igreja. Verifico que não é com certeza (alusivos à corrupção) que o eleitorado fica esclarecido. O povo quer «uma palavrinha», mais que uma explicação, precisa de uma mensagem convincente, que lhe transmita confiança, segurança e sentido de justiça.  
É isto que tenho feito como militante. O povo tem de entender que a Europa das Pátrias tem dado lugar à Europa dos Cidadãos. Que o cidadão é a base de toda a

construção política. Que com a Regionalização o princípio Universal de Democracia sairá reforçado. Como tal há que reformar a Administração do Estado, instituir Regiões Administrativas, alargar a acção dos municípios.  
Estão reunidas todas as condições para o contributo do desenvolvimento local em harmonia com uma boa qualidade de serviços públicos e uma gestão eficaz.  
É neste cenário que Portugal, melhor organizado, revelará um evidente sentido nacional e um esforço, por parte de todos nós, conduzirá à vitória de Portugal e dos portugueses.  
Depois do referendo nada ficará como era. A força que nos une levar-nos-á à vitória. No dia seguinte seremos tolerantes, ou seja, saberemos admitir aquilo que entendemos ser os erros dos outros e desculpa-los-emos. Tolerância é condescendência. Viva a Regionalização.

PELO SIM

Ricardo de Sousa Paiva

## QUEM TEM MEDO DA REGIONALIZAÇÃO?

**S**e regionalizar é também a promoção cultural, social e económica das populações de cada uma das regiões do País, sejam elas quatro ou dez, bem-vinda a Regionalização com a maior brevidade possível, já que se perderam duas dezenas de anos em demasiado silêncio e ora com muito palratório, mas quem continua a sofrer na carne são as camadas populacionais mais desfavorecidas.

Será que as «regiões» ricas foram beneficiadas com menosprezo das «regiões» pobres?

Que seria das regiões ricas se não fossem buscar a fonte energética às regiões pobres? Pode dizer-se que o problema era de fácil resolução pois bastava a construção de uma central nuclear em vez de barragens hidroeléctricas; certamente que sim mas desde que não fosse construída em qualquer região diferente da região utilizadora.

Outros casos poderiam ser citados mas aquele elucida bem como são tratados os cidadãos portugueses no seu país e como os políticos pretendem resolver os problemas sociais das populações mais pobres. Outra questão que se põe na Regionalização: Será que a população das aldeias deste País vai continuar a viver no próximo milénio nas mesmas condições, isto é, sem o mínimo de qualidade de vida comparativamente com as populações mais desenvolvidas? Sem Regionalização não continuar a ser primatas de 3ª ou 4ª ordem social.

O sistema administrativo vigente não é nem nunca foi capaz de resolver os problemas sociais do País; tudo está dependente do Terreiro do Paço, como soi dizer-se.

Daqui a quarenta ou cinquenta anos, se não acontecer num prazo muito mais curto, poderá o País pagar uma factura bastante onerosa e com consequências civis incalculáveis se não forem tomadas progressivamente medidas para evitar conflitos sociais muito graves.

Desde a minha juventude e já lá vão muitas dezenas de anos fui sempre um defensor da Regionalização. Relativamente ao que se tem dito sobre o «Sim» ou «Não» no referendo do próximo dia 8 de Novembro não compreendo como se pode ser defensor de um determinado princípio e passando algum tempo, talvez na ânsia de alcançar o poder, aconselhar a votar Não com a alegação de que esta Regionalização não serve.

Gostava de saber qual era o tipo de Regionalização do agrado de todos os regionalistas.

Nesta linha de pensamento ainda hoje se discutia, certamente, a independência de Portugal, como aliás veio a repetir-se com as vozes discordantes de 1640.

Se esta moda pega, mais uma vez a sociedade portuguesa se vê envolvida num sistema opinativo que apenas conduz à estagnação e não ao progresso civilizável e sociável do País.

Não tardará muito que ilustres sócios de clubes desportivos ou ilustres militantes de partidos políticos suspendam a sua filiação

desportiva ou partidária por discordância de objectividade de determinado princípio. Creio, no entanto, ser mais fácil o pedido de suspensão no aspecto desportivos pois neste não há tantos interesses a defender como acontece com a ambição política de alguns em que vale tudo em defesa dos cargos que ocupam ou pretendem ocupar futuramente.

Esta é imagem real do País que temos. Deixem-se de brincadeiras e de apetência pelo poder e compertam-se adultamente em defesa daquilo que vieram ao País defender, ou seja, a Regionalização. Será que a criação de oito regiões tem a vivência «ad eterno»? Quem pensa desta forma não é com certeza democrata e anda completamente distraído ou então aguarda muito sofredoramente a hora da estocada, o que se deseja nunca venha a acontecer.

Acerta de 40 anos e na qualidade de visitante de uma cadeira penitenciária apresentei um trabalho sobre a reinserção do preso no mercado de trabalho e não obstante o responsável reconhecer mérito à sua aplicação não era possível por a lei não permitir. Foram precisas dezenas de anos para modificar o sistema prisional nesta área.

Se teste tipo de argumento prevalece, quantas dezenas de anos serão precisos para a implementação das regiões?

Defender o Não à Regionalização com o fundamento de que os cidadãos vão pagar mais impostos é pura demagogia e baixa política; mesmo que os imposto

umentassem, o que não acredito, mas aí resultasse melhoria social para as populações mais desfavorecidas, quem usaria reprovar a criação de regiões?

Todos os nossos netos viriam a beneficiar dessa medida.

É que os efeitos da Regionalização só começarão a sentir-se passados uns bons anos, pois ninguém pode esquecer-se que estamos, como se sabe, na cauda da Europa e tudo se deve ao centralismo do poder central.

Ninguém tema a Regionalização pois não é nenhum papão e os papões só atemorizam as crianças.

Aos defensores do NÃO à Regionalização, pergunto:

A quem comprais o ar que respirais, o calor que vos aquece e a água que vos alimenta? não sejais hipócritas e preocupai-vos com os pobres que têm igualmente o direito de nascer, viver e morrer com o mínimo de dignidade.

Cada Região será responsável pelas decisões tomadas e a competitividade entre elas será um estímulo para melhor servir as populações do país; o mesmo não acontece com o sistema administrativo vigente que se arrasta há tantas e tantas dezenas de anos e dos problemas cruciais da pobreza não há um só que esteja resolvido.

Seja bem-vinda a Regionalização em 8 Novembro próximo, pois esta data vai, certamente, estabelecer um marco para um Novo Portugal que todos os portugueses de boa vontade deviam desejar.

PELO SIM

João Lourival

## MIGUEL CADILHE – O ANJO NEGRO



**N**ão se ainda há tempo para salvar a mais importante reforma do Estado, depois da instalação do poder local democrático.

Não sei se ainda há tempo para dar ao povo o que o povo merece. Não sei se teremos tempo para combater a histeria anti-regionalista, antiprogressista, do senhor Paulo Portas, político híbrido, ou do senhor Marcelo Rebelo de Sousa, cambalhoteiro. Mas uma coisa sei de fonte segura: se a grande reforma constitucional, sucessivamente consagrada por todos os partidos ao longo de vinte anos, não avançar, as boas gentes algarvias, alentejanas, beirãs, extremas, transmontanas, minhotas e durienses continuarão o seu calvário. Continuarão a clamar contra as elites poderosas que determinam o que deve acontecer, e não acontecer, mas nas suas terras e regiões. Continuarão a esperar anos e anos com tempo para desfilar mil rosários sentidos, um caminho que leva à escola do PovoBom, uma escola em PovoEsquecido, um hospital em PovoDoente, uma esquadra em PovoAtacado, uma fábrica em PovoDesempregado, um auditório em PovoIgnorado, ect., etc.! E a ver como até

aqui, os «casacas» de Lisboa, só os «casacas», a engordarem dia-a-dia, refastelados confortavelmente à sombra do Terreiro do Paço.

Tal como, aliás, os seus iguais espalhados pelo litoral do País e, muito pontualmente, nas urbes nevrálgicas do interior.

Repete-se a história do soldado que, em tempo de guerra, se tornou cozinheiro sem nunca antes ter posto uma panela ao lume. «Com aquele expediente, enquanto outros apertavam o furo do cinto, eu desapertava dois.»

Em consciência, aceito a Regionalização como um factor determinante na redução acentuada de diferenças sociais, culturais e de qualidade de vida entre os portugueses. Como aceito posições contraditórias, no todo ou em parte, seriamente defendidas e argumentadas. Mas repugna-me o talento palrador, pachoucho e mistificador dos políticos com responsabilidades muito para além dos seus próprios contubérnios e conveniências. O senhor Portas, num estilo atterradoramente populista e demagógico – uma noite destas, oh meu Deus, sonhei vê-lo na televisão num discurso iracundo, ostentando por

debaixo da adunca penca um pequeno buço quadrado, é o paiolheiro do «não». O senhor Marcelo, que recorda das grandes lições de Direito Constitucional na Clássica, passou de «entertainer» a pistoleiro palheiro, em contranatura com a sua educação e formação política social-democrata. Como aprecio as suas qualidades de Mestre de Direito Constitucional, só espero que não vá ao Alentejo profundo, mentir deliberada e conscientemente como, infelizmente, tem sido seu hábito neta matéria. Sob pena de poder sentir nos lombos algum pampinho desgarradamente... teleguiado. Neste quadro de hipocrisia política e refinado despudor de algumas consciências com enormes responsabilidades públicas, ainda há tempo para surgirem «clowns» e um anjo negro nas obscurantistas hostes da santa e já velha aliança. Os primeiros focalizados por um facista canastrão (o conhecido reacçãoário João Braga) e por uma senhora de tipo físico da Lili Canegas, carregada de cimento armado, rouge e pó-de-arroz para disfarçar o rosto fossilizado. Este abencerragem, numa voz sumidamente coquete, disparou para a solícita câmara de têlvê da dona

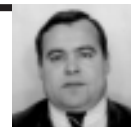
Elsa, «Regionalização?... já nos bastou ficarmos sem as nossas colónias, "percebe"?...» percebemos, oh se percebemos minha senhora!...

O anjo negro para desespero dos céus e infernos aliancistas. É oriundo do mais puro laranjal. Com coragem e precisão impressionantes este home é do norte, carago!.. Miguel Cadilhe disse claramente «Este Não Vai Nu». Cadilhe desafiou o rol de argumentos favoráveis patrocinados por Cavaco Silva em 1990. Mas o ilustre economista e financeiro social-democrata foi mais longe questionando directamente: «Passou-se algo de novo para que Cavaco e o PSD mudassem de opinião e discurso?»

Mudou, sim, doutor Cadilhe. Mudou o primeiro-ministro e o partido no Poder. Um primeiro-ministro que não se importa de ver diminuídos os seus poderes para melhor servir o povo. Enquanto o seu partido, o PSD, teme, contra a sua vontade, justiça lhe seja feita, com o êxito da Regionalização o afastado cada vez mais de S. Bento. Esta é a questão essencial de V. Exa., por questões éticas e respeitáveis, não adiantou, na sua brilhante defesa da grande reforma do fim do século para Portugal e para os portugueses.

PELO SIM

Germano Lima



## OS (EX) PSEUDO-REGIONALISTAS E AS SUAS CONTRADIÇÕES

**O**s portugueses vão ser chamados no próximo dia 8 de Novembro, a votar num referendo, cujo resultado terá grande influência na forma como Portugal irá encarar alguns desafios do século que aí vem. Sem entrar em pormenor naquilo que os outros melhor do que eu têm esclarecido, isto é; as razões pelas quais penso que Portugal tem a necessidade de proceder a uma verdadeira reforma administrativa que venha permitir não só maior celeridade e eficácia na resolução de assuntos de carácter estritamente regional, mas também como condição essencial para um melhor e mais adequado desenvolvimento do país e das suas regiões que já existem de facto, parece-me oportuno tecer algumas observações e recordar alguns pontos que considero essenciais. Isto, porque perante a argumentação de alguns neodetractores da regionalização, alguém que não conhecesse a situação do nosso país em matéria de desenvolvimento regional, e quem não conheça efectivamente o que significa como vantagens o ter um poder regional descentralizado, poderia deduzir, que a reforma que se propôs por em prática nos acarretaria todos os males do mundo, enquanto, actualmente, tudo funciona bem com o sistema que temos.

Infelizmente a situação é outra e não tenho a mínima dúvida de que isso é perfeitamente conhecido de muitos daqueles que hoje se dizem contra a regionalização. Como prova disso, temos o facto de que até uma data recente, os mesmos, e por essa mesma razão, não só se diziam regionalistas convictos, como procuravam dar a entender que eram os mais fervorosos defensores de tal reforma.

Essa realidade pode ser comprovada por alguns dados incontestáveis:

1. A regionalização ficou consagrada na Constituição da República desde 1976 e desde então nenhum partido político ou seu dirigente, manifestou qualquer reserva sobre isso, nomeadamente aquando das revisões da Constituição que se seguiram.

2. O maior partido que hoje se encontra na oposição, o PSD, fez várias campanhas eleitorais e venceu eleições, com base em programas que defendiam explicitamente a regionalização.

3. A lei-quadro que define as competências e as atribuições das regiões que hoje é proposta aos portugueses, foi apresentada em Junho de 1991 pelo governo do PSD presidido por Cavaco Silva, e aprovada na Assembleia da República por unanimidade por todos os partidos políticos.

4. Em 1994, o professor Marcelo Rebelo de Sousa, actual presidente do PSD, escreveu um livro – que aconselha os inde-

cisos a ler –, no qual defendia a regionalização e enumerava alguns pressupostos vantajosos para Portugal caso a regionalização viesse a concretizar-se. Em 1996, no ano seguinte à vitória do PS na legislativas, cujo programa de governo aprovado pelos portugueses defendia e propunha a instituição de regiões administrativas, o mesmo Marcelo Rebelo de Sousa, no Congresso de Vila da Feira onde foi eleito presidente do PSD, garantia aos militantes desse partido que «*não deixaria o PS meter a regionalização na gaveta*».

Depois de tudo isto, dizer-se que Portugal é um país muito pequeno e que a sua população não constitui número suficiente para justificar a regionalização, não parece demonstrar grande sentido de responsabilidade. Então! E a Holanda e a Bélgica, não são países mais pequenos que o nosso? E esses estão regionalizados. Quanto a outros, que territorialmente são efectivamente maiores; a Dinamarca, a Áustria e a Irlanda, esses, têm uma população inferior à de Portugal. Ora, todos esses países, que são nossos parceiros na União Europeia, têm níveis de desenvolvimento e de qualidade de vida superiores aos nossos.

Dizem-nos também que como a regionalização se pretende retalhar o país e que assim serão penalizadas as regiões mais pobres. Então em Portugal não existem já regiões de facto e com graves assimetrias entre elas? Ou será que a situação do transmontano ou do beirão é idêntica à do algarvio ou do lisboeta?

Dizem ainda, que a regionalização vai criar mais pessoal político e funcionários que custarão caro ao erário político. Se isso fosse verdade, teríamos todos efectivamente, o direito de perguntar: mas então ao propor e aprovar em 1991 a lei que define as competências e as atribuições das regiões, e que é a mesma que se propõe agora pôr em prática, não souberam os responsáveis da época salvaguardar os interesses do país também nesse aspecto?

Quanto a mim, ao procurar lançar a confusão proferindo falsidades e lançando fantasmas que nada têm a ver com a regionalização, é flagrante a tentativa de demolição daquilo que já se disse venerar. Para se actuar desta maneira, haverá certamente uma «*arrière pensée*». Provavelmente, a necessidade de encontrar um certo protagonismo dentro das suas próprias organizações partidárias, não seja estranha a esta série de reviravoltas por parte de alguns.

No entanto, neste contexto –, e é certamente aquilo que procuram – vai-se criando inevitavelmente um certo cepticismo por parte de muitos cidadãos portugueses,

designadamente no tradicional eleitorado de direita, que embora possa ser compreensível, não pode de maneira alguma legitimar tanta incoerência.

É verdade que há quem diga – e com alguma razão por vezes –, que só os idiotas não mudam de opinião. Mas neste caso, não hesito a fazer as minhas palavras do Dr. Miguel Cadilhe, quando afirma «*que não é possível ter-se mudado de opinião sobre assunto tão sério num tão curto espaço de tempo*».

Com efeito, como se pode ter a pretensão de ser credível e que credibilidade pode ser concedida, a pessoas ditas responsáveis, que, para além da sua comprovada aptidão para a prática de uma política de terra queimada, manifestam constantemente a incoerência das suas opções? A estas perguntas, saberão os portugueses dar certamente a resposta adequada no momento próprio.

É claro que o que aqui está em causa, não é o facto de haver pessoas que por razões diversas e que lhes são próprias, discordam da regionalização, pois isto é um direito incontestável que assiste a qualquer cidadão. As opiniões divergentes, fundamentadas e esclarecidas, só podem contribuir para o desenvolvimento da democracia. Mas o que me parece grave neste caso, é a amálgama que se pretende fazer em volta desta reforma, dizendo o contrário do que se pensa ou do que se pensava até uma data recente, e tentar fazer crer com falsos argumentos, que a regionalização seria um factor negativo para Portugal.

Aliás, cada um de nós pode dar-se conta, que a incoerência dessas pessoas não se resume à aparente mudança de opinião durante um espaço de tempo dado. Ela manifesta-se, igualmente, na contradição sistemática da própria argumentação utilizada. Como prova disso podemos notar que, por vezes, quando confrontados com a as suas anteriores afirmações de regionalistas convictos, desculpam-se, dizendo que continuam a ser regionalistas, mas que apenas estão contra mapa das regiões actualmente proposto!

Se isso é verdade, então porque não fizeram propostas alternativas a fim de contribuir com a sua participação para que as regiões administrativas correspondam o melhor possível às suas opções? Ou melhor ainda, porque não utilizaram o poder absoluto que exerceram durante dez anos no país, para pôr em prática a regionalização?

A regionalização não é certamente a panaceia para a resolução de todos os problemas. Porém, considero que esta é uma oportunidade que o povo português não deve desperdiçar de consolidar a democracia em Portugal pelo alargamento da

possibilidade de participação dos cidadãos nos assuntos que lhes dizem respeito e porque a regionalização constitui um inegável factor de progresso e de desenvolvimento do país no seu todo e das regiões que serão criadas.

Da mesma maneira, talvez o mapa da regionalização actualmente proposto não seja o ideal. No entanto, para além de não ser considerado como imutável, ele tem o mérito de ter sido elaborado tendo em conta a consulta aos representantes locais dos cidadãos portugueses nos diversos concelhos do nosso país, de ser o resultado de um acordo feito às claras entre dois partidos políticos no âmbito da Assembleia da República, e de ser o único apresentado até esta data, para ser ratificado pelos portugueses.

Não posso deixar de recordar o cepticismo manifestado por alguns em França, em 1982, quando no Parlamento francês foi votada a lei da descentralização. No entanto, aqueles que se diziam contra tal medida, e cuja argumentação – embora mais moderada e razoável – se poderia equiparar àquela que hoje é desenvolvida em Portugal pelos anti-regionalistas mais ou menos convictos, são hoje os seus mais ferrenhos defensores, pois deram-se conta que a criação de regiões administrativas contribuiu fundamentalmente para o bem-estar das pessoas dessas regiões, sem de maneira alguma pôr em causa o todo nacional.

Como exemplo, podemos tomar ainda a realidade de Portugal e da Grécia no seio da União Europeia. Estes são dois países que não possuem qualquer tipo de descentralização administrativa regional, nem órgão intermediário entre o poder central e o poder local. Consta-se, porém, que eles possuem um importante défice de desenvolvimento relativamente aos outros Estados-membros da UE. Por isso, e não fora que por esta razão, seria bom que aqueles cuja argumentação contra a regionalização se baseia em espantinhos mais ou menos orquestrados, meditassem sobre as razões desses atrasos e das gritantes desigualdade existentes entre as várias regiões nos dois Estados-membros.

Quanto a mim, considerando inoportunos e injustos alguns ataques à regionalização feitos através da calúnia e da mentira por alguns pseudo-regionalistas ou neo-anti-regionalistas, e com a devida ressalva pelo respeito por aqueles que têm sobre o assunto verdadeiras convicções, sejam elas diferentes das minhas, não hesito em manifestar-me por aquilo que, em conhecimento de causa, considero fundamental para o meu país.

Assim sendo, a minha opção só poder ser obviamente, SIM X 2.

## MAIS ATENÇÃO PARA CASAS ANTIGAS

**A** secretária de Estado da Habitação e Comunicações, Leonor Coutinho, garantiu, no dia 2, que o novo regime do crédito à habitação, aprovado em Agosto último, mas que ainda aguarda publicação, vai permitir financiamentos com juros bonificados para recuperação de casas antigas.

Para Leonor Coutinho, «nada obsta» a que o decreto-lei e a legislação complementar que instituem o novo regime sejam publicados «a muito curto prazo, talvez só alguns dias». É que, da parte da Secretaria de Estado da Habitação, disse a governante, toda a legislação complementar está concluída.

Leonor Coutinho destacou a importância que o novo regime de crédito atribui à recuperação de casas antigas.

A legislação actual, nomeadamente nos regimes bonificados, impede este tipo de utilização dos financiamentos, privilegiando a aquisição de casas novas.

O novo regime, segundo a secretária de Estado, prevê expressamente a bonificação dos juros - naturalmente em função do preço da habitação e do rendimento dos mu-



tuários - em empréstimos para obras de recuperação e beneficiação de fogos, mesmo os construídos anteriormente à entrada em vigor do Regulamento Geral das Edificações Urbanas (REGEU), de 1951. Prevê igualmente a sua utilização em obras a realizar em partes comuns de edifícios, facto a que a Leonor Coutinho atribui gran-

de importância tendo em conta a necessidade de recuperação do parque habitacional.

Da nova legislação - que tem a intenção de «moralizar» a concessão de crédito bonificado e prevenir as fraudes - a governante destaca também a fixação de limites para o valor dos fogos cuja aquisição pode ser financiada com crédito bonificado, a determinação de uma taxa de referência para o cálculo das bonificações e a intensificação da fiscalização dos bancos.

O valor máximo dos fogos passíveis de financiamento com juros bonificados não deverá ultrapassar os 25 mil contos, quer no chamado «crédito bonificado» quer no «jovem bonificado».

Actualmente há jovens quase sem rendimentos que beneficiam de crédito bonificado - isto é, com apoios do Estado - na aquisição de casas de valor muito superior.

O limite de 25 mil contos é comparado com o preço médio de 9 900 contos dos cerca de mil processos de candidatura ao «PER

Famílias» que a secretária de Estado afirma estarem actualmente em análise.

Relativamente à taxa de juro, Leonor Coutinho explicou que, por enquanto, não foi fixado um valor limite, preferindo sublinhar a «grande importância» dada à fiscalização exercida sobre as instituições bancárias que concedem crédito bonificado.

Os bancos passarão a dar informação sobre todos os dados relevantes referentes a processos de financiamento com crédito bonificado e, além de agora terem de contar com uma taxa máxima, vão ser obrigados a informar os clientes, com a necessária antecedência, sobre a possibilidade de renegociarem os contratos, tanto no que respeita às taxas de juro como ao prazo e ao regime de pagamento.

Do mesmo modo, vão ver a sua margem de manobra reduzida nas penalizações que frequentemente impõem aos clientes em casos como a transferência do contrato para outra instituição ou a amortização antecipada do financiamento.

Além da fiscalização sobre os bancos, o novo regime prevê um controlo mais apertado, por via fiscal, das condições de acesso ao crédito bonificado.

Apesar de o Estado gastar anualmente cerca de 49 milhões de contos em bonificações - muito mais, por exemplo, do que os cerca de 26 milhões de contos despendidos em 1997 em realojamento -, até agora, para obter crédito nestas condições, tem sido suficiente a apresentação da declaração de rendimentos para efeitos de IRS e não tem havido acompanhamento posterior à concessão do financiamento.

Futuramente, será exigida a prova da liquidação do IRS, em vez da mera declaração de rendimentos, alterável em qualquer momento, e as Finanças verão com frequência se os mutuários mantêm os requisitos para poderem beneficiar do crédito bonificado.

## NOVO REGIME DE RECRUTAMENTO PARA MESAS DE VOTO

A proposta de lei que regula a composição das mesas das assembleias ou secções de voto em actos eleitorais e referendários e o recrutamento, designação e compensação dos seus membros foi aprovada, no passado dia 28, em Conselho de Ministros.

O diploma, que define um regime *uno* para todos os actos eleitorais e referendários, vem alterar as regras de recrutamento e de designação dos membros das mesas, procurando, assim, responder às dificuldades sentidas na constituição das mesas de voto em actos eleitorais anteriores e no primeiro acto referendário realizado em Portugal.

A proposta é inovadora em três âmbitos: o da forma de recrutamento dos membros das mesas, o da forma da sua designação e o do modo de compensação do exercício das funções desempenhadas.

O presidente, o vice-presidente e respectivos suplentes são designados por acordo entre os representantes dos partidos políticos, das candidaturas concorrentes à eleição, e no caso do referendo, dos representantes dos partidos políticos e dos grupos de cidadãos eleitores regularmente constituídos.

Para a designação destes membros das mesas a alteração substancial surge nas regras a aplicar na falta de acordo entre os representantes acima mencionados.

É relativamente aos vogais dos membros das mesas das assembleias eleitorais que o regime de designação sofre uma profun-

da mutação.

Os vogais são agora cidadãos eleitores menores de 25 anos, especialmente formados pelo Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), que integram as bolsas de Jovens Agentes Eleitorais.

Competirá às Câmaras Municipais e às Juntas de Freguesia promover a constituição das bolsas de Jovens Agentes Eleitorais (uma por cada Freguesia), através do recrutamento de cidadãos eleitores que a elas queiram concorrer, ordenando os candidatos por aplicação de critérios objectivos de recrutamento e selecção.

A compensação atribuída aos membros das mesas é, igualmente, uma medida inovadora adoptada no direito Português. De facto, apesar de não ser essa a experiência em termos de direito comparado (por exemplo, os ordenamentos jurídicos belga, dinamarquês, espanhol, italiano ou sueco prevêm a atribuição de um subsídio aos membros das mesas de voto) o regime actualmente em vigor nas leis eleitorais estabelece que o desempenho das funções de membros das assembleias eleitorais não é remunerado.

Com a proposta de lei governamental e consagrada a atribuição de uma gratificação aos membros das mesas, cujo montante será igual ao auferido pelos membros das Assembleias Municipais dos Municípios com 40 mil ou mais eleitores (actualmente esse valor é 6 146 escudos).

## MULTAS ATÉ 20 MIL CONTOS PARA PREVARICADORES

O Executivo socialista deu luz verde, no dia 28, ao novo regime contra-ordenacional aplicável às violações das normas legais sobre o direito de habitação periódica e direitos análogos, designadamente direitos de habitação turística.

A proposta de lei, analisada na reunião de Conselho de Ministros da passada quarta-feira, visa proteger, de forma objectiva e consistente, os consumidores de esquemas de habitação periódica, nomeadamente a habitação turística, enumerando os tipos de práticas ilegais habitualmente verificadas neste domínio e introduzindo um regime contra-ordenacional, suficientemente dissuasor, com coimas que poderão ir até 20 mil contos.

De entre as práticas que o decreto-lei enumera e sanciona, destacam-se a exploração de empreendimentos de habitação periódica, designadamente direitos de habitação turística, sem observância das exigências legais; a constituição, comercialização ou transmissão de direitos reais ou obrigacionais de habitação periódica, designadamente direitos de habitação turística, em violação do disposto na lei; a não prestação, pelo proprietário ou vendedor destes direitos de habitação periódica, das informações pré-contratuais e contratuais legalmente exigidas; e a preterição dos requisitos legais relativos à forma, conteúdo, redacção e tradução dos contratos e contratos-promessa respeitantes às situações referidas.

## APOSTA NA INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**Impressionante. O orçamento da ciência e tecnologia para 1999 sobe 26 por cento em relação a 1998. A grande aposta centra-se nas actividades de investigação e desenvolvimento. Depois da década cavaquista em que a ciência era relegada para segundo plano nas prioridades laranja, o Governo socialista tenta recuperar o tempo perdido e aproximar o nosso país dos níveis europeus nesta área. É uma outra postura, uma outra sensibilidade.**



**D**e salientar que os orçamentos públicos para actividades de Investigação e Desenvolvimento (a preços constantes), em Portugal, crescem desde 1995 (cerca de 45 milhões de contos), devendo situar-se em 1999 acima dos 80 milhões de contos. O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, num encontro com a Comunicação Social, apresentou documentos nos quais um quadro traduzindo esta realidade em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB) mostra que a evolução no mesmo período se situou entre 0,46 por cento e 0,53 por cento.

É assim que Portugal, em termos de evolução dos orçamentos públicos em Investigação e Desenvolvimento em percentagem do PIB surge melhor colocado relativamente à Irlanda, acompanhando o ritmo da Espanha, mas ainda longe do que se passa em França onde, apesar de se confirmar uma tendência para a quebra, se situava em 1997,

último ano em que apresentou estatísticas nesta área, nos 1,06 por cento.

Esta realidade, em percentagem das despesas do Estado, mostra que, em Portugal, foi de 1,51 por cento em 1995 (0,75 por cento em 1986), devendo situar-se nos 2,01 por cento em 1999.

É um crescimento impressionante que mostra bem a aposta do Governo do PS na área da investigação científica.

Os documentos apresentados por Mariano Gago visam responder a obrigações de Portugal para com organizações internacionais como a OCDE e o Eurostat.

Mariano Gago realçou que, apesar do crescimento registado, é preciso continuar a investir para que Portugal alcance a consolidação de realidades adquiridas noutros

países da União Europeia.

Contudo, Mariano Gago referiu que a despesa com a Ciência e a Tecnologia tem vindo a crescer, permitindo prever a ultrapassagem do atraso relativo de Portugal durante os próximos anos.

O Governo orçamentou para 1999 cerca de 44 milhões de contos para o Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT), mais 27 por cento do que o proporcionado em 1998 para a modernização científica e tecnológica do País.

Em termos de prioridades para 1999, o Ministério pretende consolidar a reforma do sistema de ciência e de tecnologia, a par da expansão e qualificação das instituições e das condições de formação e de emprego científico.

Pretende-se reforçar a continuidade das linhas de actuação inscritas no plano a médio prazo e nas Grandes Opções do Plano de 1996, 1997 e 1998.

Os novos eixos prioritários de acção para 1999 são, entre outros, a preparação do Livro Branco do Desenvolvimento Científico e Tecnológico português e lançar, com base nesse trabalho, o Programa Integrado de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Português (1999-2006), instrumento fundamental de definição da estratégia nacional de Ciência e Tecnologia e do próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

As novas acções a desenvolver visam também estabelecer novas modalidades de programas de doutoramento e de pós-doutoramento, assim como novos mecanismos de inserção profissional de investigadores e de outros profissionais da inves-

tigação científica e tecnológica.

Destaque ainda para o lançamento e concretização de um novo programa de expansão e difusão da Iniciativa Nacional para a Sociedade da Informação e do Conhecimento, visando, entre outros objectivos, estender progressivamente o Programa Internet na Escola aos estabelecimentos do primeiro ciclo, em parceria com câmaras municipais, centros de formação de professores e outras entidades.

Dos 43,799 milhões de contos obtidos pelo ministério para 1999, mais 9,068 milhões de contos do que em 1998 e mais 17,613 milhões de contos relativamente a 1996, o PIDDAC contribui com 24,114 milhões de contos provenientes de transferências da União Europeia.

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) tem distribuído quase todo o bolo de cerca de 44 milhões de contos para o sector, arrecadará 36,410 milhões de contos (24 114 000 transferidos pela UE), globalmente mais quase nove milhões de contos do que no ano anterior.

São verbas que a FCT aplicará, entre outros campos, nos do prosseguimento da modernização do sistema de Informação e Decisão em Ciência e Tecnologia, apoio à comunidade científica, formação e mobilidade de recursos humanos e alargamento do projecto das cidades digitais.

O funcionamento do Ministério, em termos de despesas com o pessoal e despesas de funcionamento, custará 6,136 milhões de contos, mais 4,6 por cento do que no ano anterior e pouco mais do que seis por cento dos quase 44 milhões de contos que garantiu para 1999.

J. C. C. B.

## CIDADES DIGITAIS PELAS MINORIAS

**«N**ão há maior exclusão social do que a da raça ou da cor», disse, no dia 30, em Lisboa, o ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, ao assinar um protocolo, no âmbito do Programa Cidades Digitais, para apoiar minorias étnicas. Segundo Mariano Gago, é no espaço municipal que o programa se realizará plenamente, nomeadamente no combate à exclusão social, colocando o desenvolvimento tecnológico ao serviço dos excluídos e só por isso reforçando, à partida, a autoestima das minorias.

O alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, José Leitão, defendeu que tudo se faça para que os que hoje são designados por minorias possam um dia gozar da cidadania plena.

Associações de imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa vão ser os pólos difusores do projecto «Pelos Minorias», integrado no Programa Cidades Digitais, da responsabilidade do Ministério da Ciência

e da Tecnologia.

Este projecto, que envolve ainda as câmaras municipais de Amadora, Setúbal, Oeiras, o alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas e o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC), visa constituir uma acção exemplar de apoio à integração social de populações em risco de exclusão, por via do acesso e aprendizagem das tecnologias da informação.

O ministro, Mariano Gago, o alto-comissário, José Leitão, e todas as entidades envolvidas no projecto assinaram, no passado sábado - no Pavilhão de Portugal, Parque das Nações - o protocolo que define as regras em que ele se irá desenvolver.

Segundo o Ministério da Ciência e da Tecnologia, um dos pressupostos do projecto «Pelos Minorias» é o combate à «info-exclusão», que atinge sobretudo as camadas mais desfavorecidas da sociedade. O ministério entende que o acesso de grupos desfavorecidos às tecnologias de in-

formação e de comunicação poderá auxiliar a aprendizagem e a valorização escolar e profissional, nomeadamente dos jovens dessas comunidades.

Este projecto contribuirá também para o reforço da identidade cultural e perspectivas de vida das populações envolvidas, bem como para a sua integração numa sociedade da informação aberta e pluralista.

O projecto, numa primeira fase, será desenvolvido por sete associações de imigrantes localizadas na Área Metropolitana de Lisboa.

Técnicos do INESC proporcionarão o acompanhamento especializado, instalarão o equipamento necessário ao projecto, que passará a ser propriedade das associações, e farão a formação dos monitores locais.

Integram este projecto a Associação Cabo-verdiana, a Associação Guineense de Solidariedade Social/Aguinense, a Associação Unidos de Cabo Verde, a Associação SOS/

Defesa dos Angolanos, a Associação Espaço da Comunidade Cabo-verdiana em Portugal/Eco-Co e a Associação Cultural Luso-Africana/Morna.

O Programa Cidades Digitais, no qual esta acção se inscreve, foi lançado no início do ano, prolongando-se, numa primeira fase, por dois anos.

O Ministério da Ciência e da Tecnologia nota que, para além do combate à exclusão social, três outros grandes vectores de desenvolvimento estão em fase de ultimização de projectos noutras cidades: Melhorar a vida urbana (Aveiro), combater a interioridade (Guarda e Bragança), reforçar a competitividade económica e o emprego (Marinha Grande).

Cidades Digitais é um programa apoiado por diversas fontes de financiamento público, designadamente do Ministério da Ciência e da Tecnologia, da Intervenção Operacional de Telecomunicações do Quadro Comunitário de Apoio e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

## PACOTE DE MEDIDAS PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Executivo socialista anunciou, no dia 29 (Dia Nacional da Desburocratização), a aprovação de um pacote de 14 diplomas, um dos quais contempla o novo regime jurídico da remoção, inumação, transladação e cremação de cadáveres. Este diploma, que foi aprovado na generalidade, contempla ainda alguns desses actos relativos a ossadas, cinzas, fetos mortos e peças anatómicas, e ainda a mudança de localização de um cemitério. O pacote inclui também uma resolução visando a instalação nos postos e esquadras das Forças de Segurança de um sistema de comunicação *on line*.

O mesmo se passa com um diploma, também aprovado na generalidade, que define os princípios gerais de acção a que devem obedecer os serviços e organismos da Administração Pública na sua actuação face ao cidadão.

Foi também anunciada a aprovação de um decreto que estabelece as novas missões e competências do Secretariado para a Modernização Administrativa.

Outro diploma aprovado dispensa de autenticação das fotocópias dos documentos referentes ao registo da prestação de contas que devem ser depositadas nas conservatórias.

O conjunto inclui também uma resolução segundo a qual todos os serviços da Administração Pública que tenham o dever legal de emitir certidões, atestados e outros actos meramente declarativos, devem aceitar requerimentos de emissão dos mesmos que lhes sejam dirigidos pelos particulares por telecópia ou pelo correio.

Além disso, esses serviços devem enviar os referidos documentos pelo correio à cobrança do destinatário, fazendo acrescer à taxa devida os portes de envio, se aquele não tiver providenciado pagamento suficiente por outra forma.

Um outro decreto, cuja aprovação foi também anunciada, estabelece as normas para o licenciamento dos pequenos estabelecimentos industriais de venda directa ao sector agro-alimentar.

Faz ainda parte do «pacote» um decreto-lei que fixa o regime de protecção contra riscos de incêndio em estabelecimentos comerciais, e três outros decretos sobre os Regulamentos de Segurança contra Incêndios em edifícios escolares, de tipo hospitalar ou de tipo administrativo.

O mesmo se passa ainda com um diploma que estabelece normas relativas ao processo de angariação de receitas para fins de beneficência e assistência.

Incluída está ainda uma resolução sobre a utilização de novas tecnologias pelas entidades pagadoras de apoios provenientes dos Fundos Comunitários e um decreto-lei que altera a legislação sobre o regime jurídico das sociedades gestoras de participações sociais.



Uma página na Internet e a introdução do correio electrónico em todos os serviços do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (MTS) são duas das medidas a anunciadas, no dia 29, pelo ministro Ferro Rodrigues.

Estas medidas e um balanço das iniciativas já em curso, foram anunciadas no decorrer do simpósio «Forum de Boas Práticas», que decorreu na Casa Pia de Lisboa.

As iniciativas avançadas por Ferro Rodrigues integram um pacote de iniciativas dos ministérios tendentes a diminuir a burocracia, facilitando o desempenho interno e proporcionando ao público um atendimento mais eficiente.

A conclusão do serviço de atendimento ao público através de correio electrónico, no âmbito da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego e a renovação da Linha Azul, uma linha telefónica de informação, foram outras medidas apresentadas pelo ministro da Solidariedade.

A constituição de um grupo de trabalho de acompanhamento do projecto de generalização do atendimento personalizado, através das iniciativas REAGE e INSERJOVEM e do programa RUMO, integrados no Plano Nacional de Empre-

go, bem como da informatização de todos os serviços da Segurança Social e da melhoria da formação profissional do seu pessoal são ainda novidades.

Ferro Rodrigues anunciou também o regulamento e o início do prazo para a apresentação de candidaturas ao Prémio «Igualdade é Qualidade», em que serão galardoados os esforços de promoção de práticas que fomentem a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Neste âmbito, o governante apontou os avanços no processo legislativo em curso para a área da igualdade de oportunidades.

Também a situação dos cegos foi contemplada com algumas medidas, tendo sido divulgado o facto de já estarem em circulação folhas de ofício e envelopes em caracteres *braille*, no Gabinete de Iniciativas Comunitárias do Emprego e no ADAPT.

O ministro do Trabalho e Solidariedade realçou igualmente o facto de o Conselho de Ministros ter já uma resolução em que recomenda aos serviços públicos que sejam mais sensíveis à problemática dos cegos, permitindo-lhes um acesso mais fácil à informação.

O público verá o atendimento facilitado, de acordo com este pacote de iniciativas,

através da possibilidade de utilização das caixas multibanco para o pagamento de coimas e multas, hipótese alargada aos trabalhadores independentes que as poderão usar para pagar os seus impostos relativos à prestação de serviços.

Finalmente, Ferro Rodrigues divulgou um despacho do secretário de Estado da Segurança Social e das Relações Laborais, nos termos do qual a prova anual da escolaridade dos pensionistas de sobrevivência será mais fácil, através da simples prova de matrícula, que será documento bastante para que lhes seja concedido o direito à pensão até ao final de cada ano lectivo.

No dia 2, Ferro Rodrigues anunciou a extensão a todo o País da possibilidade de apresentação de um documento único passado por um médico como prova de baixa por doença, bem como do seu envio por correio. Esta medida entrará em vigor em simultâneo em todo o território nacional, até ao final do ano.

### Centro de Formalidades de Empresas

Entretanto, e no âmbito das actividades ligadas ao Dia da Desburocratização, o primeiro-ministro, António Guterres, inaugurou, em Setúbal, a quarta delegação da Rede Nacional de Centros de Formalidades de Empresas.

Os Centros de Formalidades de Empresas (CFE) constituem «uma forma de combate à burocracia e uma contribuição importante para a criação de novas empresas, de mais emprego e de maior riqueza», defendeu Guterres.

O chefe do Governo afirmou que «o combate à burocracia não se faz só com palavras, mas com actos como este».

Guterres referia-se à inauguração do CFE de Setúbal, aproveitando o ensejo para sublinhar a experiência adquirida com os Centros de Formalidades de Empresas de Lisboa, Porto e Coimbra, onde, no espaço de um ano, foram constituídas mais de cinco mil empresas.

«Constituir uma empresa em Lisboa demorava cerca de seis meses e agora são necessários 25 dias», afirmou o primeiro-ministro, salientando que «em Coimbra esse espaço de tempo é, apenas de nove dias».

Acabar com o pesadelo dos empresários na constituição de novas microempresas, que referiu como sendo as principais responsáveis pelo emprego e pela criação de riqueza na economia europeia, António Guterres anunciou para o próximo ano a criação de novos CFE em Braga, Évora e Faro.

Antes da cerimónia de inauguração, o primeiro-ministro visitou as instalações do CFE de Setúbal, acompanhado pelos ministros da Economia, Pina Moura, e da Justiça, Vera Jardim.



## Faro

### Reparação de parque de estacionamento

O município de Faro iniciou obras de reparação e valorização do parque de estacionamento, junto à gare rodoviária, na Baixa da cidade.

Com estas obras, que incluem a reparação e alcatroamento do piso, iluminação e ajardinamento, não só os automobilistas passarão a dispor de muito melhores condições, como, também, a Baixa da cidade passará a dispor de um espaço, devidamente arranjado.

De salientar que estas obras integram-se num conjunto mais vasto de valorização e dignificação da Avenida da República e das áreas circundantes da Docca, cujo custo total ascenderá a cerca de 20 mil contos.

## Ferreira do Alentejo

### Câmara adquire edifício

A Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, presidida pelo socialista Luís Ameixa, adquiriu recentemente o antigo edifício da Cooperativa Agrícola de Ferreira do Alentejo por cerca de 27 mil contos.



Com este novo e amplo espaço, a edilidade passa a dispor de mais uma estrutura de instalação dos serviços municipais, que funcionam no já sobrecarregado edifício principal.

Também a Assembleia Municipal passará a realizar as suas sessões na renovada e moderna sala de reuniões deste novo equipamento.

## Loulé

### Festa-convívio de idosos

A Câmara Municipal de Loulé assinalou no passado dia 29 o Dia Nacional da Terceira Idade com uma festa-convívio, que decorreu na escola secundária de Loulé.

A iniciativa destinou-se a todas as pessoas que se encontram em lares do conceito e consistiu num lanche, música e exposição de trabalhos manuais feitos pelos idosos.

## Matosinhos

### Retrospectiva de Garcia Lorca

«E há um vento de presságio e agonia um sussurro de choupo e alfazema um verso onde se joga a vida e a sorte.

Começa então o canto e Andaluzia E o poeta está de pé no seu poema sobre a morte na arena sobre a morte.»

**Manuel Alegre**

A Câmara Municipal de Matosinhos inaugurou no passado dia 24, na galeria de exposições da autarquia, uma retrospectiva da vida e obra do poeta Federico Garcia Lorca.



A retrospectiva «Fragmentos de um Universo», que se realiza no âmbito das comemorações do centenário do autor, consiste na representação da sua obra-prima, «A Casa de Bernarda Alba», pelo Teatro Experimental do Porto, e na exibição de documentos relativos a este episódio histórico. A iniciativa engloba também manuscritos, reproduções de desenhos e outras leituras em português, espanhol e galego do poeta e autor dramático.

A sessão de abertura da mostra contou com a leitura de alguns poemas pelo actor Júlio Cardoso.

Garcia Lorca, natural de Granada, produziu, entre outras obras, «A Barraca», o «Romanceiro cigano», «Bodas de Sangue» e «Yerma» - a tragédia da mulher estéril, antes de ser assassinado nos primeiros dias da Guerra Civil de Espanha pela Falange.

## Olhão

### União Europeia em debate

A Câmara Municipal de Olhão, em colaboração com o Centro de Informação Jacques Delors, vai organizar este mês duas sessões de esclarecimento sobre a União Europeia.

Assim, estas iniciativas estão agendadas para o dia 13, no Cinema Topázio, na Fuzeta, e dia 20, no Auditório da Caixa Agrícola de Moncarapacho.

Para o presidente da autarquia, o socialista Francisco Leal, estas iniciativas «permitem aos cidadãos terem uma melhor informação sobre a União Europeia».

## Portimão

### Medalha de honra para Saramago

A Câmara Municipal de Portimão decidiu atribuir a José Saramago, Prémio Nobel da Literatura, a medalha de honra do município.



A autarquia aprovou também um voto de louvor e enviou ao autor de «Memorial do Convento» uma mensagem de felicitações na qual afirma que com esta distinção é também a imagem de Portugal e da cultura portuguesa que saem reforçadas no contexto das nações.

A mensagem enviada pela edilidade termina com o voto de «que a luz das suas letras continue por muitos e muitos anos a iluminar os nossos espíritos».

## Santo Tirso

### Flagelo do trabalho infantil em debate

Especialmente destinado aos empresários da região do Vale do Ave, a Câmara Municipal de Santo Tirso organizou no passado dia 29 um debate sobre a problemática do trabalho infantil, um flagelo que afecta milhares de crianças vítimas da exploração mais infame por parte daqueles que só têm o lucro por ambição, infringindo as mais elementares normas de decência, colocando-se à margem da lei e praticando uma concorrência desleal.

Subordinada ao tema «A valorização da educação e da qualificação profissional: uma aposta clara para o futuro», a sessão de esclarecimento contou com as presenças do secretário de Estado da Segurança Social e Relações Laborais, Ribeiro Mendes, do presidente da Câmara de Santo Tirso e de vários técnicos ligados à Inspeção-Geral do Trabalho, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, à Associação Industrial Portuguesa e ao Plano Nacional para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil.

### Por uma consciência cívica empresarial

Em cima da mesa esteve um conjunto de medidas que urge adoptar para resolver a questão do uso e abuso da mão-de-obra infantil.

A estratégia a utilizar passa, desde logo,

pelo desenvolvimento e o reforço de uma consciência cívica empresarial que repudie este tipo de exploração e pela promoção de uma imagem positiva dos empresários e comerciantes do Vale do Ave.

## Sintra

### Braille na Biblioteca das Mercês

A Biblioteca Municipal da Tapada das Mercês abriu ao público, no passado dia 22 de Outubro, um Núcleo de Braille, colocando à disposição dos munícipes invisuais um conjunto de obras didácticas e de estudo, facilitando assim o seu acesso à leitura.

Esta iniciativa é um projecto da Divisão de Acção e Animação Cultural da Câmara de Sintra, que vem de encontro à necessidade de aumentar o número e diversidade da oferta cultural na região, melhorando a qualidade de vida.

## Vila do Conde

### Recolha selectiva de lixo

Os vilacondenses estão a aderir à recolha selectiva de lixo, mostrando que são cidadãos com forte consciência ecológica. Nos últimos sete meses a Câmara Municipal de Vila do Conde refere que foram separadas 64 toneladas de papel, 19 toneladas de plástico e metais e 430 toneladas de vidro.



Os números demonstram uma assinalável participação dos munícipes no que respeita à deposição separada nos Ecopontos para vidro, papel, plástico e metais, um sistema que permite recuperar matérias-primas que, de outra forma, se perderiam no lixo.

## Vila Real de S. António

### Encontro Nacional de Actividades Desportivas

A Segurança Social escolheu este ano a paradisíaca Baía de Monte Gordo para convocar 600 atletas no Encontro Nacional de Actividades Desportivas.

Assim, durante três dias, de 28 a 30 de Outubro, 600 atletas praticaram as seguintes modalidades: voleibol, futebol de 5 e de 11, ténis-de-mesa, ténis de campo e jogos tradicionais.



## PS EM MOVIMENTO

### ALCABIDECHE

#### Moção sobre regionalização

O Executivo da Junta de Freguesia de Alcabideche, de maioria socialista, aprovou, por unanimidade, uma moção, na qual se apela a «um maior empenhamento e participação de todos no sentido da aceitação da regionalização».

Segundo a moção, «as freguesias e os municípios só terão a ganhar com a regionalização, ao contrário do que tem sido dito».

«É mais fácil dialogar com autarcas eleitos pelo povo, sensíveis às necessidades deste, do que com funcionários nomeados pelo poder central fechados nos seus gabinetes e ciosos nas suas prerrogativas», lê-se no documento aprovado por unanimidade.

### BAIXO ALENTEJO

#### Alberto Costa critica direita

O camarada Alberto Costa, dirigente nacional do PS e ex-ministro da Administração Interna, acusou no dia 31 o PSD e PP de pretenderem boicotar a regionalização, «um importante» aspecto do programa do Governo do PS.

Falando numa reunião organizada pela Federação do PS/Baixo Alentejo, o camarada Alberto Costa lembrou que a direita «sempre viveu bem com as desigualdades, razão pela qual não vê nas regiões um modo de garantir mais oportunidades para as pessoas, nem defende lideranças regionais responsáveis».

A direita, segundo o camarada Alberto Costa, «não quer dirigentes eleitos, prefere-os nomeados: dinamizaram as CCR, que são regiões, só que são regiões de burocratas».

### CAMPO MAIOR

#### JS já tem núcleo

A JS já tem núcleo em Campo Maior. Enquadrados nos ideais do PS, e pretendendo intervir activamente na resolução dos problemas que directamente lhes dizem respeito, vários jovens progressistas campomaiorenses decidiram criar o Núcleo da JS na Secção de Campo Maior.

Assim, integram a Mesa da Assembleia Geral do Núcleo fundador da JS/Campo Maior os seguintes camaradas: Paulo José Martins Vieira (presidente), Cláudia Cristina Jeromito Pereira (1º secretário), e João Manuel Canané Serrato (2º secretário).

O camarada Carlos Manuel Gaspar Pepé é o coordenador do Secretariado, que integra ainda os camaradas Paulo Sérgio Meira Semedo, Estela Sofia Moacho Boquinhas, Raul Manuel Semedo Borrega, Maria Manuela Marchã Pepé, João Luís Semedo Borrega, Rui Duarte Venâncio Bicho e Marta dos Anjos Jeromito Pereira.

O Núcleo da JS/Campo Maior pretende criar um espaço de reflexão em torno dos problemas que afectam os jovens do concelho, contribuindo assim para a sua resolução.

Para tal, assume como prioridade da sua acção política dar voz aos jovens com o objectivo de ouvir as suas preocupações e sugestões relativamente aos mais diversos temas sociais. O Núcleo da JS/Campo Maior tem a sua sede na Rua Major Talaya, local onde também funciona a sede do PS.

### CASCAIS

#### Concelhia promove debate sobre regionalização

A Comissão Política Concelhia do PS e da JS de Cascais promoveram no dia 1 de Novembro, numa unidade hoteleira em Carcavelos, um debate sobre regionalização.

Participaram no debate o camarada Fonseca Ferreira, presidente da CCR de Lisboa e Vale do Tejo, e Francisco Torres, militante do PSD.

Moderaram o debate os camaradas Umberto Pacheco e Pedro Gonçalves, respectivamente, presidente da Concelhia do PS de Cascais e presidente da JS de Cascais.

### COIMBRA

#### Ações de campanha

Visitas a feiras e mercados e sessões de esclarecimento têm sido uma constante nas acções de campanha do Sim pela regionalização levadas a cabo pela Federação de Coimbra do PS.

Na passada terça-feira, dia 3, foram efectuadas visitas aos mercados da Lousã e de Góis, para além de sessões de esclarecimento em várias localidades de Góis, Coimbra, Lousã e Vila Nova de Poiares.

Entretanto, hoje, quinta-feira, a Federação de Coimbra do PS tem previstas várias acções de campanha, entre as quais se incluem visitas às feiras e mercados de Arganil e Penela e sessões de esclarecimento, à noite, em Côja, Arganil, Fontainhas, Lousã, e Moinhos da Gândara, Figueira da Foz.

À tarde estão programadas várias acções em diversas localidades de Góis.

### LISBOA E SETÚBAL

#### Congresso Regional

O secretário-geral do PS, camarada António Guterres, reafirmou no dia 31 de Outubro a ideia de que mais do que qualquer outra região do País, «Lisboa tem a ganhar com a regionalização, porque se é uma das regiões mais ricas é também aquela onde se con-

centra a pior pobreza nacional, onde é mais difícil resolver o desemprego e erradicar as barracas».

O camarada António Guterres, que falava durante o Congresso Regional de Lisboa e Setúbal, realizado no Parque das Nações, em Lisboa, defendeu as regiões como estrutura intermédia de planeamento e desenvolvimento, referindo que no caso concreto da região de Lisboa e Setúbal «não há ninguém que ao mesmo tempo olhe só para ela e olhe para toda ela. O Governo olha para toda ela, mas não olha só para ela. Os municípios olham só por ela, mas não olham por toda ela».

O líder da FAUL, camarada Jorge Coelho, por sua vez, apelou à mobilização de todos os militantes do PS, no sentido de irem para a rua esclarecer as populações.

«É possível com o nosso trabalho conseguirmos», disse.

Lembrando afirmações do líder laranja, Marcelo Rebelo de Sousa, em 1996, favoráveis à regionalização, Jorge Coelho concluiu: «Se nesta matéria muda de opinião com tanta pressa, que garantias dá de que no futuro não fará tudo ao contrário do que anda a fazer?».

Para o camarada Jorge Coelho, o frenesim da direita coligada (PSD e PP) tem uma explicação: «As sondagens de todos os jornais esta semana dão ao PS a maioria absoluta.»

### OEIRAS

#### Concelhia debate regionalização

A Comissão Política Concelhia de Oeiras do PS organizou no passado dia 2 um debate com autarcas do concelho de Oeiras sobre a regionalização.

No debate que decorreu no Auditório da Assembleia Municipal de Oeiras, participaram pelo Sim os camaradas José Luís Judas e Vitalino Canas, enquanto o Não esteve representado pelo autarca laranja Isaltino Morais.

### PAREDE

#### Moção do PS aprovada

Uma moção considerando, entre outros aspectos, que «a regionalização é um elemento importante de aprofundamento da democratização do País» e que a regionalização «pode ser um valioso contributo para o reforço da freguesia e concelho» foi aprovada no dia 30 pela Assembleia de Freguesia da Parede, concelho de Cascais.

A moção foi aprovada com os votos favoráveis do PS e do PCP. A direita (PSD e PP), votou contra.

### PORTO

#### Narciso e Gomes em campanha

Narciso Miranda e Fernando Gomes dão o exemplo ao participarem activamente em todas as acções de campanha pelo Sim à regionalização levadas a cabo pelo PS/Porto. Destaque, entre inúmeras iniciativas, para uma acção de esclarecimento e distribuição de material informativo realizada no dia 31 de Outubro na Baixa portuense.

#### Caldeirada/convívio

Os camaradas José Apolinário, secretário de Estado das Pescas, Fernando Gomes, Carlos Lages, Narciso Miranda e Mário Almeida, entre outros, participaram no dia 31 numa caldeirada/convívio servida por pescadores a bordo da traineira «Cristiágo».

A gente do mar, sobretudo os nossos pescadores, têm uma grande expectativa sobre o efeito da regionalização, são questões que lhes dizem directamente respeito quer quanto às pescas quer quanto à comercialização do peixe.

Por isso, os pescadores desempenham um papel decisivo e fundamental, porque estão profunda, afectiva e historicamente ligados à região que irá ser implementada, a região de Entre Douro e Minho.

Os pescadores sabem que com a regionalização seremos um país mais bem organizado, com maior justiça social, mais coeso e equilibrado.

#### JS pelo Sim

Entretanto, a JS/Porto está a participar activamente na campanha do referendo à regionalização.

Porque informar e esclarecer é a palavra de ordem, foi inaugurado no passado dia 30 o Posto Juvenil de Informação sobre a Regionalização, na Av. dos Aliados, junto à estátua de D. Pedro IV.

#### Concelhia solidária com Manuel dos Santos

A Comissão Política Concelhia do Porto, reunida no dia 20, deliberou por unanimidade «manifestar toda a solidariedade política ao deputado socialista Manuel dos Santos pelas posições assumidas em defesa da verdade no caso IPE/Sonae».

Segundo sublinha a Concelhia do PS/Porto, as posições assumidas pelo camarada Manuel dos Santos «colocaram a nu as deambulações falaciosas do líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, cujas reacções destemperadas são para todos os socialistas motivo de repúdio».

Para o PS/Porto, «torna-se agora claro para todos os portugueses que, face aos últimos elementos conhecidos sobre este falso facto político, o caso IPE/Sonae mais não foi que uma busca infrutífera de projecção mediática, por parte do PSD e do seu presidente, colocando em causa o esforço do Governo de Portugal para projectar a economia nacional junto dos mercados internacionais e, nomeadamente, dos PALOP».

## REGULAMENTO PARA A ELEIÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL E DOS DELEGADOS AO XI CONGRESSO NACIONAL

(Artigo 62º, nº2 dos Estatutos)

### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Artº 1º Do Secretário-Geral

O Secretário-Geral representa o Partido, coordena e assegura a sua orientação política, vela pelo seu funcionamento harmonioso e pela aplicação das deliberações dos órgãos nacionais, tem assento em todos os órgãos do Partido e preside às reuniões da Comissão Política e do Secretariado Nacional, com voto de qualidade.

#### Artº 2º Da Comissão Organizadora do Congresso (C.O.C.)

1. Até 60 dias antes do Congresso Nacional, a Comissão Nacional aprova o regulamento.
2. Por delegação da Comissão Nacional, a Comissão Política Nacional elege a COC elabora o regimento do Congresso.
3. Para além do estabelecido especificamente no regulamento do Congresso Nacional, compete à COC a preparação e organização do processo eleitoral do Secretário-Geral e dos Delegados ao Congresso.
4. A COC será composta por um número ímpar de cinco a nove militantes, sendo um dos elementos o Presidente, que terá voto de qualidade.

#### Artº 3º Da capacidade eleitoral

1. Só têm capacidade eleitoral activa os membros do Partido com mais de seis meses de inscrição no momento do acto eleitoral, que tenham regularizado o pagamento de quotas até ao momento do exercício do direito de voto.
2. A capacidade eleitoral passiva para os órgãos nacionais adquire-se após seis meses de inscrição no momento do acto eleitoral se o membro do partido se tiver inscrito até 14 de Março de 1998 e dezoito meses de inscrição no momento do acto eleitoral se o membro do PS se tiver inscrito depois, devendo ter regularizado o pagamento de quotas até ao momento da entrega da candidatura a Secretário-Geral ou das listas de candidatos a Delegados.
3. Os Militantes inscritos em Secções de acção sectorial que optarem pelo exercício da sua capacidade eleitoral nessa estrutura, devem comunicar essa intenção à sede nacional para efeitos de elaboração dos cadernos eleitorais no prazo de 15 dias após a marcação da data das eleições.
4. A partir da data da marcação da eleição do Secretário-Geral e dos Delegados

ao Congresso Nacional não são admitidas transferências para além das previstas no número anterior.

#### Art.4º Da eleição do Secretário-Geral

1. A eleição do Secretário-Geral decorrerá, em simultâneo com a eleição dos Delegados ao Congresso Nacional, em todas as Assembleias Gerais de militantes das Secções de residência e de acção sectorial, com um número mínimo de 15 militantes.
2. O Secretário-Geral é eleito pelo sistema de lista uninominal por sufrágio directo de todos os militantes de entre os candidatos propostos por um mínimo de 1000 militantes do Partido com capacidade eleitoral passiva.
3. Compete à Mesa da Assembleia Geral da Secção orientar os actos eleitorais e, em especial, proceder à contagem dos votos e à elaboração da acta.

#### Artº 5º Da apresentação de candidaturas a Secretário-Geral

1. A candidatura a Secretário-Geral deverá ser entregue à COC até 30 dias antes da data da eleição nas Secções.
2. A candidatura a Secretário-Geral é obrigatoriamente proposta por um mínimo de 1000 militantes do Partido com capacidade eleitoral passiva, tendo subjacente uma moção política de orientação nacional.

#### Artº. 6º Da eleição dos Delegados ao Congresso

1. Os Delegados ao Congresso Nacional, em número a definir pela COC, são eleitos pelas Secções de residência e de acção sectorial, com base em moções políticas de orientação nacional, subjacentes às candidaturas a Secretário-Geral.
2. Os Delegados ao Congresso são eleitos através da média mais alta de Hondt, devendo os candidatos considerar-se ordenados segundo a sequência constante da respectiva lista.
3. Os Delegados por inerência ao Congresso Nacional, com direito a voto, não podem exceder um terço do número total de delegados eleitos.
4. Cada membro do partido só pode ser proponente de uma única candidatura a cada órgão nacional e candidato numa única lista.
5. Compete à Mesa da Assembleia Geral da secção orientar os actos eleitorais e, em especial, proceder à contagem dos votos e à elaboração da acta.

#### Art.7º Da apresentação de listas de candidatos a Delegados

1. As listas de candidatos a Delegados ao Congresso Nacional deverão ser entregues à Mesa da Assembleia Geral ou, na sua ausência, ao Secretariado da Secção, até cinco dias antes da data marcada para a eleição, acompanhadas da declaração da aceitação das candidaturas.
2. As listas de candidatos a Delegados terão de ser compostas por um número de efectivos correspondentes ao número de Delegados atribuídos à Secção e por, pelo menos, metade mais um de candidatos suplentes.
3. As listas de candidatos a Delegados deverão ser expostas na Secção para que os militantes tenham conhecimento da sua existência.

### CAPÍTULO II ASSEMBLEIA GERAL ELEITORAL

#### Art.º 8º Da convocatória

1. A Assembleia Geral de Militantes é convocada com, pelo menos, dois pontos na Ordem de Trabalhos: eleição do Secretário-Geral e eleição dos Delegados ao Congresso Nacional.
2. A Assembleia Geral de Militantes é convocada pela sua Mesa, mediante aviso enviado a todos os militantes com capacidade eleitoral até seis dias antes da data marcada para a Assembleia Geral.
3. A convocatória mencionará obrigatoriamente o dia, o local, o período de funcionamento e a Ordem de Trabalhos da Assembleia.
4. A Assembleia Geral Eleitoral realizar-se-á até quinze dias antes da data do Congresso Nacional, em todas as secções, em dois dias alternativos e por um período mínimo de quatro horas, em datas a indicar pela COC.
5. A Mesa da Assembleia Geral de Militantes deverá endereçar à COC cópia da Convocatória.
6. A COC poderá deliberar a convocação de Assembleias Gerais de Militantes nas estruturas que não reuniram na data prevista.

#### Art. 9º lei Eleitoral

1. A Mesa da Assembleia Geral terá de lavrar uma acta do acto eleitoral da qual deverão constar os seguintes elementos:
  - a) Relação nominal das listas de candidatos a Delegados e respectivas moções políticas de orientação nacional;
  - b) Número de votos entrados nas urnas;
  - c) Resultados finais das votações para a eleição do Secretário-Geral e dos De-

legados da secção ao Congresso Nacional;

- d) Identificação dos Delegados eleitos, com menção do número de Militante;
2. A acta deverá ser anexado o caderno eleitoral rubricado pelos votantes.
  3. A acta e o anexo deverão ser enviadas de imediato para a COC, Largo do Rato, 2, 1250 Lisboa, em correio azul ou através de fax- 01/3822083.
  4. Os resultados eleitorais deverão ser afixados no local da Assembleia Geral de Militantes.
  5. Das deliberações da Assembleia Geral de Militantes cabe recurso para a COC.
  6. O prazo para recurso das deliberações da Assembleia Geral de Militantes é de quarenta e oito horas, a contar da afixação do dia do acto eleitoral.

#### Artº. 10º Do número de Delegados

O número de Delegados a eleger por cada secção, determinado pela COC, será proporcional ao número de militantes inscritos em cada secção com capacidade eleitoral passiva.

#### Artº 11º Da interpretação e integração

A interpretação e a integração de lacunas deste regulamento cabe à COC, tendo em conta o estabelecido nos Estatutos do Partido.

#### Artº. 12º Das Reclamações

Os cadernos eleitorais para a eleição do Secretário-Geral e dos Delegados ao Congresso Nacional deverão ser endereçados às secções catorze dias antes da data das eleições, podendo ser apresentadas reclamações à COC nos três dias subsequentes.

#### Art.º 13º Do Recurso

1. Das deliberações da COC cabe recurso, a interpor no prazo de 48 horas para a Comissão Nacional de Jurisdição a qual deve deliberar no prazo de três dias.
2. Das deliberações da Comissão Nacional de Jurisdição não cabe qualquer recurso.

#### Art.º 14º Da Publicidade

O presente Regulamento, o Regimento e a composição da COC serão publicados no órgão oficial do PS "Acção Socialista", quando a Comissão Política Nacional marcar a data do Congresso Nacional.

## REGIMENTO DO XI CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA

### Art.º 1º (Da data e local do Congresso)

- O XI Congresso Nacional do PS realiza-se nos dias 30 e 31 de Janeiro de 1999;
- Até trinta dias antes da data do Congresso, a Comissão Organizadora do Congresso (C.O.C.) fixará o local da realização do órgão máximo de apreciação e definição das linhas gerais da política nacional do Partido.

### Art.º 2º (Da composição do Congresso)

- O Congresso Nacional é composto pelos seguintes participantes com direito a voto:
  - Delegados eleitos pelas secções de residência e de acção sectorial;
  - Secretário-Geral;
  - Presidente do Partido;
  - Presidente Honorário do Partido;
  - Membros do Secretariado Nacional, Comissão Nacional, Comissão Nacional de Jurisdição e da Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira;
  - Membros do Governo e dos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, nas Assembleias Regionais e no Parlamento Europeu, filiados no PS;
  - Presidentes das Federações;
  - Membros da JS que integram a Comissão Nacional;
  - Presidente da Tendência Sindical Socialista;
  - Presidente da Associação Nacional de Autarcas Socialistas;
  - Presidente do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas.
- Participam também, sem direito a voto:
  - Membros dos Governos Regionais filiados no PS;
  - Presidentes de Câmara; Presidentes das Assembleias Municipais; Membros das Juntas Regionais e Presidentes das Assembleias Regionais do PS, ou primeiros eleitos para aqueles órgãos municipais filiados no PS;
  - Presidentes das C.P.C.;
  - Membros do órgão executivo nacional do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas;
- Os delegados ao Congresso referidos nas alíneas e) a i) do n.º 1 não podem exceder um terço do número total dos delegados eleitos.
- Os delegados eleitos ao Congresso, em número definido pela C.O.C., são eleitos pelas Secções de residência e de acção sectorial, com base em moções políticas de orientação nacional.
- Os delegados ao Congresso deverão ser portadores do cartão de militante nos dias da realização do Congresso;
- Cada delegado ao Congresso só pode ser proponente de uma única candidatura a cada órgão nacional e candidato numa única lista.

### Art.º 3º (Da eleição do Presidente do Partido)

- O Presidente do Partido é eleito por voto

secreto, em lista uninominal, no início dos trabalhos do Congresso, proposta pelo mínimo de 10% dos delegados;

- As candidaturas a Presidente, subscritas pelos delegados, deverão ser entregues à COC até 5 dias antes do início do Congresso;

3. A votação para a eleição do Presidente do Partido realiza-se imediatamente após a acreditação dos delegados ao Congresso por um período mínimo de duas horas até à sessão de abertura do Congresso;

### Art.º 4º (Dos órgãos do Congresso)

- No início dos trabalhos, o Congresso elege, de entre os seus membros, a Comissão de Verificação de Poderes e a Mesa, sob proposta do Secretário-Geral eleito; e a Comissão de Honra do Congresso, sob proposta do Presidente do Partido em exercício;
- A Comissão de Verificação de Poderes é constituída por quatro membros eleitos pelo Congresso e presidida pelo Presidente da Comissão Nacional de Jurisdição, competindo-lhe julgar a regularidade da composição do Congresso e conhecer de quaisquer irregularidades surgidas na identificação dos respectivos membros de que tome conhecimento;
- A Mesa do Congresso é composta por cinco Vice-Presidentes e dez Secretários eleitos pelos delegados e pelo Secretário-Geral por direito próprio;
- A Comissão de Honra do Congresso é constituída por sete a quinze membros de entre os seus militantes que tenham desempenhado papel relevante ao serviço do Partido, da Democracia ou do país.

### Art.º 5º (Do Presidente do Congresso)

- O Presidente do Partido é o Presidente da Mesa do Congresso, competindo-lhe iniciar os trabalhos do Congresso; conceder ou retirar o uso da palavra e assegurar a normalidade dos debates, em cooperação com os restantes membros da Mesa, nos termos em que para o efeito entenderam;
- Compete aos Vice-Presidentes substituir o Presidente nas suas ausências e impedimentos;

### Art.º 6º (Funcionamento do Congresso)

- As deliberações do Congresso Nacional são válidas desde que tomadas pela maioria do número total dos seus membros, e por maioria simples, sendo imperativos para todos os órgãos e membros do Partido;
- O voto é pessoal e presencial;
- O "quorum" exigido no número um só exigível para deliberar, podendo ser verificado por iniciativa da Mesa ou a pedido de qualquer dos delegados presentes, podendo o Congresso funcionar com qualquer número de presenças;
- É dispensada a leitura das propostas e moções apresentadas para discutir e votar pelo Congresso, desde que tenham sido

distribuídas pelos delegados;

5. A Mesa é soberana na orientação dos trabalhos do Congresso

### Art.º 7º (Dos debates)

- Para a apresentação das moções políticas de orientação global, nos termos do n.º 1 art.º 59º, dos Estatutos, os seus proponentes poderão intervir durante trinta minutos;
- Para a apresentação das moções sectoriais os seus proponentes poderão intervir durante 10 minutos;
- Para a apresentação das listas de candidatos aos órgãos nacionais, subscritas por um mínimo de 10% dos delegados ao Congresso, os seus proponentes poderão intervir durante 5 minutos;
- Em função do número de inscritos em cada ponto da Ordem de Trabalhos, a Mesa estipula a duração máxima de cada intervenção;
- A Mesa definirá a duração das intervenções dos proponentes no encerramento dos debates da Ordem de Trabalhos;

### Art.º 8º (Das intervenções)

- Os delegados ao Congresso poderão participar nos trabalhos através de intervenções; requerimentos; reclamações ou declarações de voto;
- As intervenções poderão ser efectuadas mediante a entrega na mesa de um pedido de palavra.
- Os requerimentos são pedidos dirigidos à Mesa, referentes ao modo de apresentação, discussão e votação de qualquer assunto.
- Os requerimentos terão de ser votados pelo Congresso considerando-se aprovados se obtiverem 2/3 dos votos dos delegados presentes;
- As reclamações (Ponto de Ordem) são pedidos dirigidos à Mesa referentes à infracção dos Estatutos, do Regulamento ou do Regimento do Congresso;
- À Mesa cabe deliberar imediatamente sobre as reclamações (Ponto de Ordem), com recurso para o plenário do Congresso

por parte do reclamante;

7. As declarações de voto são apresentadas à Mesa por escrito, ficando anexas à acta do Congresso, a qual será elaborada pela Mesa até 30 dias após a data da realização do Congresso e entregue ao Secretariado Nacional.

### Art.º 9º (Das listas de candidatos aos órgãos nacionais)

- As listas de candidatos a membros da Comissão Nacional, da Comissão Nacional de Jurisdição e da Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira são sufragadas por voto secreto, através do sistema de listas completas e segundo o princípio da representação proporcional, sendo propostas por um mínimo de 10% dos delegados ao Congresso;
- As listas apresentadas serão compostas por um número de candidatos efectivos correspondentes ao órgão nacional em causa e, pelo menos, metade de candidatos suplentes;
- No decurso dos trabalhos a Mesa determinará o prazo limite para a entrega das listas de candidatos;
- As listas de candidatos deverão ser entregues na Mesa acompanhadas das respectivas declarações de aceitação dos candidatos, da qual constará obrigatoriamente o nome completo, o número de militantes e a assinatura do candidato.

### Art.º 10º (Da interpretação e integração das lacunas)

Compete à Mesa a interpretação e integração de lacunas do presente Regimento e a resolução dos casos omissos, cabendo recurso para o Congresso.

### Art.º 11º (Da publicidade)

O presente Regimento do XI Congresso Nacional do PS será publicado no órgão oficial do PS "Acção Socialista" até ao dia 15 de Novembro de 1998.

## XI CONGRESSO NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA 30 E 31 DE JANEIRO DE 1999

### COC - COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO

FAUSTO CORREIA – PRESIDENTE  
ANTÓNIO GALAMBA  
ACÁCIO BARREIROS  
JOEL HASSE FERREIRA  
MARIA DO CARMO ROMÃO  
MIGUEL COELHO  
HELENA TORRES MARQUES  
RENATO SAMPAIO  
ANA CATARINA MENDES  
RAMOS PRETO  
MARCOS PERESTRELLO



## REGIONALIZAÇÃO, ORÇAMENTO RÚSSIA E BRASIL

**A**ridícula forma como Cavaco Silva formulou a questão dos custos da regionalização teve respostas adequadas. Obviamente, a precisa e clara resposta do primeiro-ministro, apoiado no profundo conhecimento que tem do aparelho e das contas do Estado. Mas foram também, de certa forma, importantes no plano financeiro, as intervenções de Miguel Cadilhe (o mais credível ministro das Finanças do próprio Cavaco) e no plano político a de Freitas do Amaral, as quais constituíram um reforço à nossa posição sobre a regionalização, até por provirem dos campos da direita e do centro-direita, onde ainda assim há gente coerente. A mobilização necessária para a batalha do referendo sobre a regionalização não nos pode fazer perder a lucidez nas formas de actuação, até porque estamos convencidos que temos razão; nem criar uma instabilidade excessiva (eufórica ou depressiva) quanto ao dia seguinte. Simultaneamente devemos procurar obstar a uma contaminação (por nós aceite ou provocada) do debate do Orçamento de Estado para 1999. O Orçamento actualmente em apreciação na Assembleia da República é um Orçamento no qual o investimento público continua a

crescer, evitando futuras derrapagens. Prevendo-se uma descida dos financiamentos comunitários em 99, no último ano do Quadro Comunitário de Apoio em vigor, incrementou-se a componente nacional do PIDDAC de forma a quase compensar aquela descida. No plano social, é significativo referir que, no conjunto dos quatro orçamentos da legislatura (96-99), as despesas sociais subiram de 45% para mais de 55% das despesas do Estado, com os consequentes benefícios nas áreas da educação, da saúde e da solidariedade social. Por outro lado, interessa referir que as alterações propostas ao sistema fiscal têm um sentido social progressista, beneficiando os estratos sociais mais desfavorecidos e boa parte das chamadas classes médias. O objectivo político-financeiro é que apenas um número muito reduzido de contribuintes (cerca de 2%) possa ser prejudicado, sendo as novas medidas no domínio do IRS positivas para a grande maioria, ou neutras para alguns sectores que auferem rendimentos elevados face à média e faziam um elevado planeamento fiscal. Para além disso, o próprio Primeiro Ministro já evidenciou a clara abertura para melhorias do articula-

do do Orçamento de modo a não restarem dúvidas de que se visa atingir os objectivos de uma maior justiça fiscal, e um aumento da equidade. Entretanto, a situação russa evidencia dificuldades. O Fundo Monetário-Internacional diverge da terapêutica económico-financeira que o novo governo de Primakov propõe. E nós duvidamos da capacidade de o FMI entender situações sócio-políticas complexas e receamos que continuem na metodologia de aplicação de receitas predominantemente monetaristas. Urge reformular o papel do FMI e de outras organizações financeiras internacionais. A crise das bolsas, se é provocada em boa parte pelas dificuldades das economias asiáticas e russa, não se compadece com receitas de manuais inadequados à nova fase da economia mundial. Mas para nós, com o grau e o tipo de internacionalização que a economia portuguesa vai tendo, é importante seguir com muita atenção a situação brasileira, onde os efeitos das medidas de Fernando Henrique Cardoso se poderão ajudar a ultrapassar a difícil situação financeira, poderão ter consequências sociais de certo modo preocupantes.

«A exclusão, a marginalidade e a pobreza crescentes não são senão um longo rio de sangue e de sofrimento a pôr em causa a falácia optimista do "pensamento único". A demonstrar, afinal, que não falta matéria para um "Livro Negro" do capitalismo.»

**Fernando Rosas**  
Público, 28 de Outubro

«O ditador detido. Pinochet. Por alguns minutos, por algumas horas, oxalá anos. Privado de uma liberdade que não merece, pois o lugar dos criminosos, dos delinquentes, é a prisão. Que notícia memorável.»

**Luis Sepúlveda**, escritor chileno  
«Corriere della Sera»

«Que um ditador como Pinochet possa ser julgado em tribunal é uma boa notícia. Quem dera que pudéssemos ter feito o mesmo com Franco.»

**Alfredo Pérez Rubalcaba**, portavoz do PSOE  
«El País»

«A existência de tantos governos de esquerda é uma coisa boa para a Europa. Espero que saibam aproveitar a oportunidade, que é de facto única. Todos estarão conscientes disso? Tenho as minhas dúvidas.»

**Mário Soares**  
Vida Mundial, Novembro de 1998

«A Europa, humanizada, controla a inflação, mas ignora o desemprego. A América, calculista, controla o desemprego e inflação, mas ignora as pessoas. Como é que se consegue ser eficaz e solidário ao mesmo tempo?»

**Daniel Amaral**  
Visão, 29 de Outubro



Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

**Acção Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Maria João Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz